



Jornalismo e Democracia:

**A comunicação cumprindo sua
função social e a batalha na era
das fake news**



Agosto 2023 | São Paulo - SP

Resumo

Este artigo traça uma rápida linha do tempo para contar a história do Jornalismo Investigativo no Brasil e em outros países, fazendo a análise da importância dessa ciência da comunicação na manutenção da democracia e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Comprova que o jornalismo investigativo, utilizando diversas técnicas de apuração, de forma independente e também fora das redações, é capaz de combater as fake news e o discurso de ódio que atualmente impregna as redes sociais e a mídia online. Alerta para os meios existentes para combater essa onda de informações ilegais, negacionistas e preconceituosas, além de esclarecer o que é liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Mostra que a imprensa mantém viva a chama dos direitos humanos, da liberdade e da democracia, construindo a história do Brasil. E apresenta a habilidade que começa a ganhar os currículos escolares: trata-se da Educação Midiática e Informacional (EMI), que possibilita aos jovens e adultos identificar a origem de informações distorcidas e evitar a propagação de mentiras, notícias falsas e aumentar o preconceito social.

Sumário

Resumo	2
Sumário	3
Introdução	4
O jornalismo investigativo	5
Jornalismo de campo e jornalismo de gabinete	12
Técnicas diferenciadas de apuração	23
Modos e características de produção do JI	26
A função social do jornalista na era das fake news	31
Educação midiática e informacional	38
Considerações finais	39
Bibliografia	44

Introdução

Ter um relato de como surgiu o jornalismo investigativo (JI) no mundo e no Brasil, quem foram seus expoentes e de que modo essa modalidade de comunicação se desenvolveu nas redações é o objetivo do início deste capítulo. Este módulo se baseia no entendimento do que é o JI e sua função social. Mostramos a finalidade do jornalismo, que é fornecer aos cidadãos as informações que necessitam para serem livres e para entender a sociedade em que vivem.

Para relatar o histórico e a estrutura do JI foi feita revisão de literatura de vários estudiosos de Comunicação, como Burgh (2008); Dines (1986); Fortes (2005); Hunter (2013); Kovach (2003); Lopes (2003); Medina (1978, 2003, 2016); Nascimento (2010); Quesada (1987); Santoro (2004); Sequeira (2005); Sousa (2006); Waisbord (2015) entre outros. A contextualização histórica do jornalismo investigativo ocupa pequeno espaço neste texto por considerarmos mais proveitoso para o trabalho apontar como o JI deve ser desenvolvido, quais os percalços existentes nas redações e quais as alternativas existentes para superar esses obstáculos. Principalmente quando citam que o renascimento da reportagem investigativa no Brasil, cerceada pela estrutura empresarial das redações, pode e deve ser desenvolvida com a utilização de técnicas e estratégias peculiares que estão fora das rotinas dos jornalistas que fazem

as hard news. Principalmente quando torna público acontecimentos que grupos de poder querem esconder da sociedade.

As empresas, então voltadas para a modernização tecnológica (a era da informatização), passam a tolher o que de forma quase orquestrada consideram ímpetos esquerdistas extemporâneos. Perdem-se ou se atrofiam as grandes narrativas e se valorizam os projetos tecnológicos como, por exemplo, os recursos de computação gráfica, a fórmula da notícia curta, descarnada, os gráficos da quantificação sobre os comportamentos humanos. Histórias de vida que dão sentido aos contextos sociais ficam à deriva perante a pirotecnia visual e gráfica (MEDINA, 2003, p. 32).

Conforme descreve a professora espanhola Montserrat Quesada (1987), o que verdadeiramente estabelece a diferença entre o jornalista de hard news e o investigativo é a maneira de encarar o trabalho diário, sempre condicionado aos sistemas de produção e às condições de trabalho específicas. Diferença que torna o JI mais exigente, tanto em relação a seus assuntos quanto em suas evidências do que a prática de reportagem normal.

A evolução dos métodos de JI, em busca de resultados, exige práticas complexas de investigação fora do ambiente de redação. O que na atual conjuntura, conforme destaca Burgh (2008), faz cada vez mais difícil, mas não impossível, a prática de JI para profissionais freelancers, independentes,

sem grandes recursos financeiros. O próprio Burgh ressalva, dentro de seu raciocínio, que algumas histórias importantes foram contadas por jornalistas independentes (BURGH, 2008, p. 138).

Este estudo reproduz ainda a análise sobre o modo de cobertura convencional de notícias, que é passiva, dentro das redações; e depende amplamente, quando não inteiramente, de materiais fornecidos por políticos, governos, empresas, etc., mas o JI independente, mesmo com poucos recursos, depende somente do esforço do próprio repórter, com material reunido ou gerado a partir da própria iniciativa.

Colocado em posição hierárquica especial dentro de uma redação e no setor profissional, o repórter investigativo e seu trabalho têm capacidade de apontar novos rumos para a história, derrubar tabus e cumprir função social. E isso só pode ser desenvolvido dentro de um ambiente democrático (SEQUEIRA, 2005). Mas é preciso também que o repórter trabalhe dentro da égide da ética e independência obstinada. Há até mesmo ações tidas como mandamentos do JI que devem ser seguidas: descrição, critério, sorte, persistência, desconfiança, investigação e nada de heroísmo (ASSIS, 2015).

Mostramos ainda que o profissional deste tipo de reportagem atua de modo solitário e, acima de tudo, consegue antever e/ou antecipar informações, fatos, situações e pessoas que a maioria dos jornalistas entende como inexistente. O mais

importante neste profissional, diz Percival de Souza (2002), é a sensibilidade em intuir onde está uma grande matéria, além de ter sorte também. No JI, a melhor história quase sempre está encoberta. Ou às vezes o material de um caso sempre esteve à vista de todos, esperando que o repórter o veja. Juntos de um pouco de sorte, técnica diferenciada, intuição, visão mais apurada e conhecimento, o repórter investigativo, conforme está mostrado aqui, consegue produzir material com rigor científico.

Jornalismo investigativo pressupõe respeito e credibilidade. Impor respeito é o atributo fundamental desta profissão, seja quando se faz jornalismo de serviço, esportivo ou político (DINES, 1986).

O jornalismo investigativo

Uma das principais finalidades do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres. E em certa instância, combater e se antepor às fake news. Essas informações só podem se tornar públicas com liberdade, para que possam ser, inclusive, democratizadas. A liberdade é uma das premissas do jornalismo investigativo, que se propõe a reconstruir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes, divulgar o que o poder público, o Estado, quer ocultar, além de informar os leitores (LOPES, et al, 2003; FORTES, 2005). O JI pode ser considerado um dos gêneros nobres do

jornalismo e um dos trunfos da imprensa democrática. Os jornalistas devem ser como um monitor independente do poder.

Há quem defenda que o jornalismo já é investigativo pela sua própria natureza. Mas, para distinguir isso vamos utilizar a tipologia adotada em estudos sobre Comunicação, que distingue jornalismo investigativo – que é aquele resultado da investigação realizada pelo próprio repórter – daquele que é denominado como “jornalismo sobre investigações” – que se dedica a relatar o resultado final ou parcial de investigações oficiais, realizadas por órgãos oficiais, estatais ou não (NASCIMENTO, 2010). Há ainda uma terceira via desse gênero, denominada reportagem investigativa interpretativa (KOVACH et al, 2003).

Identificar o marco zero do JI no mundo é uma tarefa difícil. É possível apontar alguns trabalhos considerados pioneiros. Quando os primeiros jornais saíram dos cafés na Inglaterra, ainda no século 17, eles consideravam exercer uma função investigativa (KOVACH et al, 2003). Na América colonial, a imprensa funcionava como uma tribuna para o povo (KOVACH et al, 2003), mas era considerada uma imprensa partidária, na defesa do governo de então. Já o professor Jorge Pedro Sousa, de Portugal, considera a origem do JI junto aos jornais que circulavam no fim do século 19 nos Estados Unidos, sob a batuta de Joseph Pulitzer, em *The World*, que publicou reportagens denunciando escândalos e combate à corrupção (SOUSA, 2006).

Segundo Lopes et al (2003), as reportagens investigativas mais famosas em todo planeta são de lavra de repórteres norte-americanos. Ambos relatam que os trabalhos mais conhecidos de jornalistas norte americanos se situam nas décadas pós Segunda Guerra Mundial, com florescimento entre 1955 e 1974, com textos mais críticos.

Entre esses anos, e em consequência da participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã no período 1964-1973, os jornalistas americanos se posicionaram contra o governo e começaram a analisar criticamente a atuação dos políticos. A imprensa havia alcançado um estágio de amadurecimento suficiente para enfrentar outras forças estabelecidas, particularmente, os políticos profissionais (LOPES et al, 2003, p. 13).

As revistas *Life* e *Look* veicularam, no período descrito pelos pesquisadores brasileiros acima, os primeiros trabalhos. Mas em geral, o JI recebeu pouca atenção dos leitores. Somente em 18 de junho de 1972 a publicação sobre um importante fato político, de grande repercussão, instituiu na esfera pública as palavras “jornalismo investigativo”. Trata-se do início do Caso Watergate (LOPES et al, 2003) e a revalorização do estilo de informar¹. Mesma conclusão é referida ao argentino Daniel

¹ O Caso Watergate foi investigado pelos repórteres Carl Bernstein e Bob Woodward, do *The Washington Post*. O escândalo provocou a renúncia do presidente dos EUA, Richard Nixon, em 9 de agosto de 1974. O caso conta a história e envolvimento do Partido Republicano de Nixon e da Casa Branca na instalação de aparelhos eletrônicos de espionagem no comitê eleitoral do Partido Democrata, de oposição.

Santoro (2004), que coloca como palco do nascimento do JI os jornais dos Estados Unidos do século 20, após transformação iniciada no jornalismo impresso por Joseph Pulitzer, ainda em fins do século 19 com reestruturação do periódico The World. Ele inovou o jornalismo com recursos gráficos, grandes manchetes e reportagens que versavam sobre escândalos governamentais, o chamado muckraking journalism (ver mais detalhes abaixo).

‘O jornalismo investigativo, que hoje consideramos um nível mais profundo dos ramos informativo, interpretativo e narrativo do jornalismo’, nasceu nos Estados Unidos no começo do século 20 (NASCIMENTO apud SANTORO, 2010, p. 32).

Trazendo o tema para os tempos recentes, são os professores Kovach e Rosinstiel que apontam que a mudança da trajetória do jornalismo investigativo para o que conhecemos atualmente se deu em 1964, quando foi promovida mudança no Prêmio Pulitzer, um dos mais famosos do mundo para o setor. Foi nesse ano que o Pulitzer passou a ter uma nova categoria, denominada Reportagem Investigativa.

Kovach e Rosinstiel afirmam que a nova categoria do Pulitzer, que substituiu outra que era denominada Reportagem Local, dava ênfase e aval para um papel mais ativo, reformista e denunciador da imprensa, que estava caracterizando o trabalho de uma nova geração de jornalistas (NASCIMENTO, 2010, p. 32).

Mas antes disso, no princípio do século 20, surgiu nos Estados Unidos uma nova geração de jornalistas especializados em denunciar as mazelas oficiais. Ficaram conhecidos como “muckrakers”, que exigiam reformas nos níveis local, estadual e federal de administrações públicas. Foi o ex-presidente Theodore Roosevelt que, num discurso em 1906, comparou o trabalho de jornalistas investigativos com um personagem de romance de John Bunyan, chamando-os de muckraker, ou aqueles que mexem com a lama, e que na visão de Nascimento (2010) pode ser entendido como “cavadores de informação”. O objetivo de Roosevelt era ofender os repórteres. Mas foi outro o efeito resultado do discurso e da tentativa pejorativa de cunhar expressão contra os repórteres. Um muckraker se transformou num repórter meticuloso e interessado em ir a fundo nos assuntos investigados.

Um muckraker famoso à época foi Lincoln Stevens, cuja série Shame of the Cities, de 1904, forçou o surgimento de amplas reformas em governos. Uma bióloga que produziu importante material de denúncia e pode ser classificada como muckracker foi Rachel Carson, cujas revelações sobre os efeitos do envenenamento por pesticidas em seu livro Silent Spring, de 1962, levou ao aparecimento de movimento internacional para proteção do meio ambiente.

Sua meticulosa investigação e exposição sobre o poder corrupto, desde os abusos do trabalho infantil até as maquina

políticas urbanas os trustes ferroviários e de petróleo, criaram um movimento progressista na política (dos EUA) (KOVACH et al, 2003, p. 176).

Entretanto, os trabalhos mais conhecidos dessa modalidade estão registrados nos anos sequenciais à Segunda Guerra Mundial, e quase todos têm como origem jornais dos Estados Unidos. Antes, entre a segunda década de 1900 e 1950, o JI declinou. O reflorescimento desse gênero se dá entre 1955 e 1974 (LOPES et al, 2003). Como já dito anteriormente, a mola propulsora dessa modalidade de trabalho foi acionada após período crítico com reportagens sobre a Guerra do Vietnã e depois com o Caso Watergate, que criou precedente ao demonstrar como foram fundamentais alguns princípios que afetavam diretamente o papel que deveria caber à imprensa: não se limitar a ser mera intermediária entre canais oficiais de informação e a opinião pública (p. 14).

Impunha-se com certa urgência a necessidade de considerar a informação como algo susceptível de ser trabalhado mais a fundo, de ser documentado, ampliado, verificado, contextualizado, indagado e investigado (LOPES et al, 2003, p.14).

O ponto alto desta fase do JI nos Estados Unidos é observado no período 1964-1973, em consequência da participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Em novembro de 1969, Seymour Hersh publicou

série de reportagens que se transformaram em livro reportagem; eram matérias sobre o massacre de vietnamitas na cidade de My Lai, por soldados do exército dos Estados Unidos. Um amplo trabalho de fôlego que denunciou o assassinato de pelo menos 109 civis. Com seu trabalho, Hersh reascendeu a chama do JI. Como revela o próprio Hersh em seu livro de memórias Repórter:

Todas as unidades de combate no Vietnã receberam regras amplas que definiam como a guerra devia ser lutada. No seu testemunho diante da Comissão de Peers, o general Koster ressaltou que seu quartel havia publicado sete páginas de “critérios para uso de armas de fogo, antes que inimigos atirassem, em áreas civis”. Mas a promulgação de regras era um mero truque que permitia que o sistema tratasse assassinato, estupro, incêndio e outros crimes de guerra como meras violações de regras (HERSCH, 2019, p. 164).

Outro marco mundial do JI e também nos Estados Unidos como descrito anteriormente, é o caso Watergate, que provocou, anos mais tarde, a renúncia do presidente Richard Nixon, em agosto de 1974. Os jovens repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein escreveram uma série de matérias em 1972, para o jornal Washington Post, que mostraram ligações do governo dos Estados Unidos com a invasão do comitê eleitoral do Partido Democrata. Um escândalo que ficou conhecido pelo nome do prédio onde ficava o imóvel invadido, em 17 de junho de 1972. A série de notícias se

transformou em livro – Todos os homens do presidente – e também num filme homônimo.

O caso Watergate criou um precedente ao demonstrar como foram fundamentais alguns princípios que afetavam diretamente o papel que deveria caber à Imprensa: não se limita a ser uma mera intermediária entre canais oficiais e a opinião pública, reproduzindo notas de imprensa ou os comunicados que as instituições tinham interesse em transmitir para o conhecimento público. Mais do que isso: era preciso começar a questionar as versões oficiais dos acontecimentos (LOPES et al, 2003, p. 14).

Em seu clássico trabalho “The Powers that Be”, David Halberstalm sugere que é por isso, pela persistência em relatar informações desconhecidas do grande público e que deveriam ser mantidas ocultas pelo poder de plantão, que dois repórteres relativamente inexperientes do jornal Washington Post – Bob Woodward e Carl Bernstein - chegaram ao caso Watergate, antes dos seus concorrentes (HUNTER, 2013). Ultrapassaram obstáculos na sociedade e na própria redação do jornal para mostrar uma história que permaneceria invisibilizada para o grande público.

Os jovens repórteres se permitiram impressionar pelo medo expressado por suas fontes, e se permitiram senti-lo por conta própria: o medo lhes mostrou que se tratava de uma grande história. No mínimo, as emoções lhe dizem que algo está acontecendo, e que o que está acontecendo

importa. No máximo, elas lhe indicam uma direção a seguir (HUNTER et al, 2013, p. 50).

No mesmo período em que foram publicadas as reportagens investigativas de Hersh, Woodward e Bernstein, foram criadas nos Estados Unidos entidades ligadas ao jornalismo investigativo, como o Fund for Investigative Journalism, e o Investigative Reporters and Editors (IRE). O foco dos jornalistas investigativos nesse período da história era denunciar irregularidades envolvendo autoridades de governo. Desde então o JI vem amadurecendo seu perfil de atuação e mostrando histórias que estavam ocultas.

No Brasil, entidades que agregam jornalistas investigativos começaram a surgir anos mais tarde, em 2002. No mês de dezembro desse ano, grupo com mais de uma centena de jornalistas participou de um seminário no Rio de Janeiro e foi criada a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). A entidade se dedica a estruturar essa modalidade de comunicação jornalística no País, na defesa do direito de acesso a informações públicas e na defesa da liberdade de expressão.

Paralelo a todas essas histórias internacionais sobre JI, aqui no Brasil há exemplos de reportagens investigativas destacadas por alguns estudiosos de Comunicação Social, publicadas no início do século 20. São matérias que se tornaram marco na produção jornalística nacional. É o caso de matéria de Mário Rodrigues,

que em novembro de 1923 veiculou notícia que acusava o ex-presidente da República Epitácio Pessoa de beneficiar exportadores de açúcar em troca de um colar entregue à sua esposa. O caso ficou conhecido como “O caso do colar” e rendeu processos ao jornalista, segundo Nascimento (2010, p. 40-41). Há reportagens da revista O Cruzeiro, criada em 1928, que denunciaram escândalos políticos, problemas comportamentais e sociais. Ou então outros exemplos também do jornal O Estado de São Paulo, que em fins da década de 1940 publicou matérias sobre uma operação irregular envolvendo o Banco do Brasil, na tentativa de criação do monopólio no mercado do algodão (NASCIMENTO, 2010, p. 41).

Houve a prática do JI em terra brasileira também durante o período de ditadura (1964-1985), com amplas matérias que fizeram denúncias e mostravam fatos que não eram tratados pela mídia no dia a dia.

Lembrar das dificuldades impostas pelo regime militar à prática do jornalismo investigativo não equivale a dizer, é claro, que nesse período não houve reportagens investigativas. Basta, por exemplo, ver a lista de vencedores do Prêmio Esso entre 1964 e 1985 para se observar que houve nesses anos muitas reportagens com denúncias exclusivas. Foi também nesse período que se deu a experiência da revista Realidade, precursora da Veja. A publicação existiu durante dez anos, justamente entre 1966 e 1976 – ou seja, teve toda sua trajetória dentro do regime militar -, mas inovou na linguagem, técnica

de reportagem e temática (NASCIMENTO, 2010, p. 42).

As ditaduras militares que se sucederam nos países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970 englobam o período onde a mídia desenvolveu e veiculou reportagens que denunciaram crimes e problemas. O professor argentino Silvio Waisbord, da School of Media and Public Affairs da George Washington University, EUA, autor do livro Watchdog Journalism, diz que o ressurgimento do JI na América Latina está altamente associado a um clima de busca pela verdade sobre os abusos e assassinatos que foram cometidos pelas forças militares durante os períodos de repressão, ditadura e censura (2015).

O desenvolvimento do JI brasileiro se deu, ainda que duramente censurado, durante o período da ditadura (1964-1985), apesar das dificuldades impostas pelo regime militar. Exemplo é a revista Realidade, que circulou entre 1966 e 1976, e inovou em linguagem, técnica de reportagem e temática (NASCIMENTO, 2010, p. 42). Nesse período dos anos de chumbo é importante destacar que a imprensa alternativa também desenvolvia papel importante na ciência da Comunicação ao denunciar fatos que a grande imprensa não conseguia abordar devido a censura. Por conta de suas reportagens, o modelo democrático de JI ocidental tem tido efeito liberador de grande alcance sobre os regimes que violam os direitos humanos (BURGH, 2008).

Relevante papel tiveram os chamados jornais alternativos, que circulavam nos grandes centros brasileiros nos anos da ditadura militar, como Opinião, Movimento, Em Tempo, O Pasquim, Versus, Coojornal, entre outros. Periódicos que ofereciam reportagens, em diversos momentos dos anos de chumbo, ajudaram na articulação da resistência, dos partidos de oposição e do jornalismo brasileiro (KUCINSKI, 1991, CHINEM, 2004).

Mas, apesar desses exemplos registrados durante o período de exceção, o JI só veio a aparecer e se solidificar como tendência no Brasil a partir do período de redemocratização, em 1985, segundo estudiosos como Bernardo Kucinski (1991), Solano Nascimento (2010), Silvio Waisbord (2015, 2002), Montserrat Quesada (1987). Para o professor Kucinski, no Brasil já em fase pós repressão militar, a ruptura no padrão complacente da imprensa brasileira com o poder de plantão se deu com a cobertura do caso Collor, ex-presidente da República envolvido em escândalo de corrupção em 1998, que culminou em seu impeachment (NASCIMENTO apud KUCINSKI, 2010, p. 45). A partir de então, o JI brasileiro se fortaleceu e esteve voltado principalmente para noticiar irregularidades relacionadas a funcionários públicos e autoridades de governos em todos os níveis.

No Brasil, o boom da investigação jornalística teve que esperar o fim da ditadura militar para acontecer. Durante os

21 anos de rodízio de generais no Palácio do Planalto, a imprensa brasileira ficou, em maior e menor escala, sufocada pela censura e pela força da repressão. Vivia aqui e ali, de iniciativas pontuais. Com a redemocratização do país, em 1985, os jornalistas começaram a respirar, a fugir do noticiário oficial e, finalmente, a buscar a melhor notícia –aquela que está escondida (FORTES, 2005, p. 10).

Há jornalistas e trabalhos de destaque que surgiram no período de transição para a redemocratização. É o caso do repórter e escritor Caco Barcellos, renomado por suas matérias na televisão, e que também é autor de vários livros reportagens que denunciam escândalos, como Rota 66 (1992), que conta a história de grupo da polícia militar, pertencente às Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), que praticava assassinatos em São Paulo. Outro trabalho de JI de autoria de Barcellos, que também ganhou destaque anos depois, é “Abusado – o dono do Morro Dona Marta” (2003), que relata a história do traficante carioca Márcio Amaro de Oliveira, o Marquinho VP, assassinado no presídio de Bangu 3. Ambos os trabalhos contêm riqueza de detalhes das histórias envolvendo os personagens e instituições governamentais.

Mais recentemente, outros jornalistas ganham destaque nesta área investigativa, atrelando minucioso trabalho de pesquisa sobre documentos e dados junto a micro histórias, que resultam num texto detalhado que narram fatos históricos. É o caso de

“Marighella”, de Mário Magalhães (2014), que reconstitui em detalhes a história de Carlos Marighella, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Jornalismo de campo e jornalismo de gabinete

O jornalismo é a técnica de investigar, definiu Alberto Dines (1986). O experiente jornalista vai além, afirma que jornalismo também é arrumar, referenciar, distinguir circunstância. Sem investigar e expor circunstâncias, não se exercita o jornalismo (DINES, 1986, p. 18). Em discussão sobre a importância do jornal, portanto, do jornalismo, Dines aponta que o papel do jornal é ser necessário. Necessário para a cultura, para a política, para a economia, para a saúde, para o cotidiano da vida numa sociedade. Ele defende total independência das empresas jornalísticas e dos jornalistas do status quo e governo de plantão - de forma isenta e independente - como meio de exercer a profissão de forma ética e coerente.

Jornal é ao mesmo tempo, espelho e miragem da sua audiência, caricatura e ideal de seus leitores. Se, em 1964-1968-1974, nossos grandes jornais tivessem se pautado sob o impulso das suas virtudes e missões intrínsecas, e não por interesses imediatista, teríamos, seguramente, desfecho diferente do processo político. Pelo menos abreviado. Impor respeito é o atributo fundamental da profissão, seja quando se faz jornalismo de serviço, esportivo ou político. Sem credibilidade não

há comunicação e, sem ela, desaparecem impulsos e inovação (DINES, 1986, p. 21-22).

Nesse sentido, para exercer o jornalismo de forma independente, um dos pioneiros do gênero - JI - Fernando Moraes, no posfácio do livro de Joel Silveira “A milésima segunda noite da Avenida Paulista” (2003), defende a tese de que, mais do que uma opção de imprensa, a grande reportagem - ou seja, o JI - surge como válvula de escape à censura imposta pela ditadura do Estado Novo (SILVEIRA, 2003, p. 197). O que, como veremos adiante neste trabalho, não ocorreu no período histórico de 1964-1985.

Embora a prática jornalística tenha entre suas premissas o exercício de algum tipo de investigação, existe sim uma categoria dentro do jornalismo que se diferencia das outras. A do jornalismo investigativo (JI), que emprega processo de trabalho profissional e métodos de pesquisa e estratégia operacional mais elaborados e detalhistas. (DINES, 1986, SEQUEIRA, 2005).

Quanto maior a complexidade presente em um tema, maior será o tempo de investigação por parte do jornalista e também serão maiores os recursos jornalísticos e técnicas de investigação que deverão ser utilizadas para conseguir chegar a uma meta que se tenha fixado (QUESADA, 1987, p. 13).

Contudo, também é importante destacar que o jornalismo investigativo possui amplas e profundas relações com outras

ciências, que não somente a comunicação. Costuma-se dizer que o jornalismo é o primeiro rascunho da História; em contraste, o jornalismo investigativo é o primeiro rascunho da legislação (BURGH, 2008), porque a notícia que promove uma denúncia contra o Estado, o governo e governantes de plantão, ou sociedade civil e empresarial, chama a atenção para as falhas do sistema de regulamentação social e para as formas como esse sistema pode ser logrado pelos ricos, poderosos e corruptos.

O trabalho do jornalista investigativo obriga necessariamente a ter consciência de qualquer evento (ou fato) que ocorra e que possa ter alguma relação, ainda que distante ou aparentemente, com o tema que está sendo investigado (QUESADA, 1987, p. 18).

A relação entre História e Jornalismo/ Comunicação é tão forte que as reportagens originadas do JI, apoiadas na ética e na verdade, são praticamente difíceis de serem desmentidas, defende a jornalista e professora espanhola Montserrat Quesada.

O trabalho do jornalista investigativo deve basear-se em um pilar fundamental e inevitável: a documentação, entendida como o estudo em profundidade dos antecedentes que compõem os fatos que são relatados. A documentação aprofundada das disciplinas concede, em qualquer caso, uma dupla vantagem: Por um lado permitirá ao jornalista obter todas as peças do quebra-cabeças e também compreender as razões ou motivos que influenciaram a ação, de

uma forma ou de outra. Se analisarmos a investigação jornalística do Caso Watergate, por exemplo, veremos que Richard Nixon só poderia negar as acusações feitas pelos jornalistas do Washington Post e negar os fatos, mas nunca poderia provar que o jornal mentiu em seus artigos de investigação (QUESADA, 1987, p. 65).

No processo de apuração e checagem da verdade, destacam Kovach e Rosenstiel (2003, p. 243), deve-se lembrar sempre que a forma nunca pode determinar a substância – a técnica nunca deve alterar os fatos. A forma como o jornalista usa a narrativa deve sempre ser governada pelos princípios da exatidão e da veracidade.

No jornalismo investigativo impera a necessidade de se buscar, sempre, novas fontes para obter informações e documentos. Fontes que vão além daquelas que estivessem na cena do crime em questão, ou envolvidas com o caso em investigação. Mesma determinação que o professor Daniel Santoro indica em seu trabalho sobre técnicas de investigação jornalística (2004).

O jornalista investigativo também deve ter a capacidade de encontrar novas fontes que conheçam cada história particular que ele tenta desvendar, isto é, fontes não tradicionais, que ele não tentou, cuja confiabilidade ele não tem ideia e que ele deveria conhecer (SANTORO, 2004, p. 62).

E a maior preocupação do repórter investigativo quando está à procura de novas fontes para prosseguir seu trabalho

é a qualidade de informação que essas fontes podem revelar. Um dos pontos mais importantes a serem observados nas entrevistas com as novas fontes é se o conhecimento do fato que está sendo tratado é pessoal ou simplesmente essa testemunha ouviu a informação a ser relatada e está repassando-a. O que determina o grau de importância dessa fonte e a informação levantada.

Para uma fonte desconhecida, você também precisa perguntar como ela conhece os dados. É sempre importante falarem se são testemunhas de um fato ou o conhecem por terceiros, já que neste último caso, terão menos importância (SANTORO, 2004, p. 62-63).

A verificação minuciosa de cada um dos dados obtidos das diferentes fontes de informação, orais ou escritas, é tarefa que o repórter investigativo deve realizar constantemente (QUESADA, 1987, p. 83-84), pois a questão da checagem e recheagem, da verificação, da informação é fundamental e única maneira de dar solidez à pesquisa jornalística. De qualquer forma, a questão da verificação de informações é essencial porque é a única maneira de dar força científica à pesquisa jornalística (QUESADA, 1987, p. 84) e ao produto dela resultante.

As fontes têm função indispensável em algumas investigações. Mas é preciso ter sensibilidade e muita observação. Detalhes vão surgir ajudando a formar um juízo de convicção. Você está ali, olho no olho, isso

é muito importante (SOUZA in LOPES e PROENÇA, org. 2003, p. 45).

Além da credibilidade da fonte, há uma outra maneira de se levantar informações e dados sobre os documentos/objetos/fatos/personagens/informações a serem apurados nas reportagens investigativas. Trata-se da prática de revisão constante de textos já publicados por outros repórteres, que pode se desdobrar em novos focos históricos e jornalísticos, conforme observa Quesada (1987) e reforça Hunter (2013, p. 24) ao destacar que a pesquisa em profundidade quase sempre traz à tona novas possibilidades para uma história, que até então eram desconhecidas no começo da investigação; e que demandam novas hipóteses que possam ser, à sua vez, verificadas.

Se aceitamos a ideia de que todos os textos, incluindo artigos de pesquisa, podem apresentar um espaço informativo, também aceitaremos que revisar constantemente os textos já publicados por outros jornalistas ou outras mídias pode se tornar um método eficaz para o jornalista em sua busca por tópicos a investigar (QUESADA, 1987, p. 74).

Conforme destaca o professor Daniel Santoro, da Universidade de La Plata, Argentina, é preciso, como primeiro passo numa reportagem investigativa, aprender a ler nas entrelinhas e também fazer uma leitura crítica daquilo que as fontes falam e informam (SANTORO, 2004, p. 64-65). Todo esse trabalho de levantamento de dados,

informações, entrevistas e revisão de textos já publicados cria hipóteses para o desenvolvimento do trabalho investigativo e são a sustentação de projeto que culminará numa denúncia. O que leva a uma nova etapa na concretização e realização da reportagem investigativa.

A concretização de uma hipótese em reportagem investigativa está atrelada a todo um trabalho de preparação e elaboração de um projeto, que requer a construção ou obtenção de arquivos, fatos, depoimentos que levem à conclusão e positividade da hipótese ou hipóteses, conforme prevê a professora de Ciências da Informação da Universidade Autônoma de Barcelona, Montserrat Quesada. Para ela, arquivos de jornalismo investigativo são essenciais por pelo menos quatro razões convincentes:

1 - A partir dos arquivos é possível acessar a documentação em primeira mão, que colorirá de objetividade a reportagem investigativa ou pelo menos apresentará dados específicos.

2 - Você pode obter uma documentação exaustiva sobre o assunto a ser investigado, que, apesar de tudo, economiza muito tempo desperdiçado em divagações e suposições enganosas ou hipóteses errôneas que o jornalista pode formular.

3 - O jornalista poderá obter a verificação mais forte dos fatos que está investigando.

4 - É possível encontrar tópicos originais de pesquisa. Para isso, o jornalista deve ter conhecimento exato do funcionamento do

sistema social que lhe permita perceber e distinguir imediatamente quando algo não está indo como deveria (QUESADA, 1987, p. 93).

Também é necessário dar atenção a todo e qualquer tipo de documentação levantada na fase de apuração e de elaboração do projeto de apuração, inclusive os documentos públicos, onde se pode encontrar informações, dados e fatos relevantes descritos em forma de dados ou informações técnicas. Observação que deve ser respeitada ainda durante análise de documentos cartoriais, certidões e processos em tramitação na Justiça.

Relatórios anuais de empresas, certidões, registro de imóveis, contratos, processos judiciais transitados em julgado, sites de internet, cadernos de revistas e jornais, tudo isso pode trazer informações surpreendentes em uma investigação jornalística (FORTES, 2005, p. 37).

Outro estudioso das ciências da comunicação, Mark Lee Hunter, professor e pesquisador sênior do Social Innovation Center (Insead), em Fontainebleau, França, defende o desenvolvimento de hipóteses antes do início de apuração de um fato/denúncia para a consolidação e conclusão de uma reportagem investigativa. Para ele, com uma hipótese verdadeira na mão, outras hipóteses logicamente se seguirão a ela, resultando ou em uma série de histórias relacionadas entre si, ou em uma história bem graúda (HUNTER et al, 2013, p. 16), e tudo isso demonstra a dependência e a

importância dos jornalistas investigativos para a sociedade, na visão de Hunter.

A elaboração e estruturação de projeto para o desenvolvimento de uma reportagem investigativa tem valor fundamental no resultado e no desenrolar dos trabalhos. Para Daniel Santoro, a necessidade de se estruturar uma reportagem investigativa é o caminho mais eficiente e seguro para obter informações preciosas. A diferença entre uma investigação estruturada e uma improvisada é idêntica a buscar um tesouro com e sem um mapa de apoio nas mãos (SANTORO, 2004, p. 85), defende.

Junto a todo esse processo de trabalho detalhado, demorado e custoso, deparamos com a situação das redações dos veículos de comunicação, que operam num momento em que reportagens se tornam cada vez mais rasas e factuais, e em período que valoriza a rapidez na veiculação das informações; sem contar com a sobreposição do fator empresarial (lucro) à qualidade das reportagens, o que cria obstáculo às reportagens investigativas de qualidade. Conforme observa Cremilda Medina (1978), as empresas industriais de comunicação de massa, assim como os jornais, ainda mantêm viés autoritário e descompasso para com o que vem acontecendo no país democrático. O que impediria veiculação de noticioso político menos alinhado com o autoritarismo e o conservadorismo.

A estrutura da empresa industrial no Brasil, não só guarda os valores culturais

remanescentes da sociedade agrícola, pré-industrial, como está contaminada pelo autoritarismo que lhe serviu de suporte para o seu desenvolvimento. Os compromissos com esse quadro histórico não se apagam de repente na transição democrática que vivemos. Há até um descompasso de oferta e demanda também nesse sentido: a abertura e a transição para a democracia ou, se quiserem, para a redemocratização, provocaram na sociedade, a efervescência política, a abertura – muitas vezes forçada – do universo de locução, as pressões de grupos, as explosões de demanda ou, em contraposição, violentas retrações de consumo. O conjunto desse universo social oferece oscilações imprevisíveis, contração e descontração, esperança e desesperança, enfim, uma rica dinâmica de conquista de participação. E o jornalismo brasileiro tem percebido e canalizado para seus conteúdos de informação? A resposta foi bastante precária... (MEDINA, 1978, p. 142).

A prática profissional dessa modalidade de jornalismo foi se esvaziando ao longo do tempo, tornando o jornalismo profissional uma atividade mais superficial. Teóricos do Jornalismo apontam que o JI, uma das especialidades da comunicação, foi perdendo espaço nas redações e nas páginas de jornais ao longo do tempo, desde o processo de censura implantado durante o período da ditadura (1964-1985), passando pela Abertura Política, e chegando aos dias de hoje nas redações (DINES, 1986, p. 21, 27, 94, 98), o que transformou o jornalismo de campo, onde repórteres iam em busca de pauta e promoviam investigações em vários setores

da sociedade, na rua, para se transformar num “jornalismo de gabinete”. Deixou-se de lado a busca de fatos, abrindo-se mão dessa prerrogativa profissional, em detrimento do exercício de um jornalismo abastecido por informações que chegam prontas às redações. Ações que transformaram a mídia de massa numa produtora de informação pasteurizada.

O depoimento pessoal, o jornalismo investigativo podem ser as ferramentas de nova atitude profissional. Da sua devida utilização, poderemos voltar ao jornalismo de campo, em oposição do jornalismo de gabinete, que dominou nossas redações. Este jornalismo ativo representará fatalmente a revalorização do repórter. Isso significa um pouco mais do que creditar suas matérias. Quando tivermos todos os repórteres escrevendo a versão final dos seus textos, teremos então o jornalismo personalizado singular. O jornalismo de repórter conduzirá a uma reavaliação do conteúdo – e neste conteúdo compreende-se desde o estilo, organização da mensagem e avaliação de dados – em oposição ao jornalismo de massa de informação, que domina nossos veículos ultimamente (DINES, 1986, p. 94-95).

Medina entende que mesmo com o represamento de informações e pasteurização das informações, ainda existe uma demanda reprimida que pode e deve ser explicitada (2003), mas é necessário que ocorra o dialogismo do repórter com a sociedade. O repórter precisa ir para a rua, para tornar o jornalismo mais quente,

mais humano e mais criativo. Para ela, o jornalismo de gabinete coloca o leitor cada vez mais distante das páginas dos jornais e periódicos.

O imediatismo das redações perde a força do afeto, não dá abertura à ação criativa e não estabelece laços com o leitor. Por não dedicar tempo para ir ao encontro de vivências cotidianas, se limitar a fazer uso de metodologias explicativas que não ouvem múltiplas vozes nem múltiplos significados, tampouco desenvolvem relações complexas pautadas na intersubjetividade, já que se sustenta pelo menos objetivismo e pelo distanciamento resultante de análises estatísticas e conceituais (CURSINO, Maria Marta apud MEDINA, 2016, p. 224).

Cremilda Medina chama a atenção também para a falta de criatividade que constitui o desafio da pesquisa nessa área, tendo a necessidade de se romper com as rotinas industriais de produção de noticiosos. É pelo “ato presencial” que o jornalista produz sentido ao atribuir significados aos fatos e estabelece conexões com a sociedade (ADGHIRNI, Zélia Leal in MEDINA, 2016, p. 262).

Para que o cotidiano se presentifique é preciso romper com as rotinas industriais da produção da notícia. É preciso superar a superficialidade das situações sociais e o predomínio dos protagonistas oficiais. Há uma demanda reprimida pela democratização das vozes que se fazem representar na mídia. Torna-se necessário mergulhar no protagonismo anônimo. Da objetividade esquemática e burocrática de

uma notícia à complexa e surpreendente subjetividade dos que vivem aqueles acontecimentos. Da fragmentação das ações humanas à sua contextualização na rede de forças que lhe é subjacente. Do aleatório de um momento avulso à trama de tempos que afloram no presente (MEDINA, 2003, p. 93).

O experiente repórter Frederico Vasconcelos, em *Anatomia da reportagem* – como investigar empresas, governos e tribunais (2007), afirma que a crise que atingiu a imprensa nos últimos anos reduziu as redações, mas deve ter reaproximado os jornalistas. E que tal aproximação e compartilhamento de experiências levou à criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Afora esse problema, a imprensa nacional passou por uma outra ruptura de paradigma, explica Medina (2016, p. 65): o conceito de bom jornalista fica limitado a “bom texto”, quando estilisticamente bom jornalista é muito mais do que essa qualidade de escrever bem.

O gênero investigativo foi sendo deixado de lado, aos poucos, pela imprensa brasileira, justamente quando as grandes redações preferiram adotar a “linha empresarial” (DINES, 1986, p. 91). Tal linha empresarial, segundo Alberto Dines, significa basicamente em informar sem comprometer-se.

O golpe fatal lhe foi desferido paradoxalmente quando a “febre” da comunicação e do seu controle invadiu as instituições brasileiras. Organismos privados ou públicos passaram a organizar

seus departamentos de informações para filtrar e divulgar através de notas e release, a matéria de seu interesse ou que lhes era solicitada (DINES, 1986, p. 91).

Foi criado um paradigma tecnicista para a prática do jornalismo atualmente, conforme analisa Medina (2016). A reportagem é apurada de dentro da redação, pelo telefone ou por e-mail, o que cria uma nova categoria de repórter: o “jornalista sentado”, que apura dentro da redação, e os repórteres que vão para a rua investigar, apurar, ouvir as pessoas, o “jornalista de pé”.

A categoria ‘jornalistas de pé’, quase em extinção, inclui a elite dos repórteres que pratica o jornalismo investigativo e os correspondentes internacionais. O ‘jornalista sentado’ utiliza as técnicas e ferramentas instaladas nas redações onde predomina a cobertura via consulta de outros sites de notícias, de empresas concorrentes ou não (ADGHIRNI, Zélia Leal apud MEDINA, 2016, p. 255).

O fato do enxugamento das redações e menor espaço para o JI é perceptível pelos repórteres nas redações, conforme ilustra Josmar Jozino, 35 anos atuando como repórter investigativo no jornalismo paulista. Jozino chama a atenção para o problema que vem sendo observado há mais de uma década no jornalismo impresso, onde a reportagem investigativa vem se tornando muita rara por causa da crise, da falta de investimento, das demissões em massa, das redações cada vez mais enxutas. O trabalho

sobrecarrega e os repórteres, com várias pautas, não têm sequer tempo de apurar os casos factuais, do dia a dia. “Na minha opinião, a saída para o repórter investigativo é o livro-reportagem”².

Outro experiente jornalista - Alberto Dines - destaca ainda que as redações se conformaram em fazer a veiculação de notícias que chegam através de notas oficiais de release prontos com o formato de notícia idealizado pelos autores dessas notas. O que ele define como “comunicação às avessas”, promovida pelas imposições nascidas durante o período de censura da ditadura (1964-1985).

O autoritarismo de 1964 trouxe nossa imprensa para a era da “nota oficial”, o repórter recebe o texto em vez de cavar suas próprias informações em várias fontes. O máximo que o jornalista se permite é acrescentar uma cabeça ou lead. Esta mentalidade de comunicação às avessas faz com que as fontes de informação se fechem, ao invés de se abrir ao trabalho individual de cada repórter, deixando apenas um guichê por onde são liberadas as informações que lhes convém (DINES, 1986, p. 91).

Exatamente o que diz Percival de Souza (2002), ao apontar que a sociedade organizada mostra repulsa pela ditadura militar, mas tolera e até justifica ditadura que mata, que tortura, que sequestra, que desaparece, que não deixa marcas nem vestígios, que nem

sempre permite aos familiares chorarem os mortos. Mas também procura informações sobre esse período da história brasileira, sempre com a esperança de encontrar algo que identifique culpados e corrija a história.

Os anos de chumbo, os anos de trevas são lembrados e os algozes, quando identificados, implacavelmente cobrados. A sociedade não se cansa de buscar novas informações, tentar novas descobertas; imagina-se que algum dia vai se abrir um arquivo revelador dos segredos e das atrocidades da comunidade de informações agrupadas na polícia política e nas unidades operacionais das Forças Armadas. Anistia não é borracha que apaga tudo: não consegue cicatrizar feridas, não consegue fotografar a dor, consolar ou confortar parentes e amigos daqueles que se foram por causa de um ideal (SOUZA, 2002, p. 69).

A capacidade de decidir o que informar, como informar e publicar, destaca o professor Manuel Carlos Chaparro, resulta do exercício diário de um poder concreto. “Como ensina Foucault, onde há poder, ele se exerce - e se exerce em determinada direção, como uns de um lado e outros do outro” (1993, p. 79).

Todos esses obstáculos precisam ser transpostos na atualidade para que se exerça livremente a premissa de desenvolver um jornalismo investigativo de qualidade no Brasil. Entretanto, a dificuldade em se mostrar as vertentes da história da ditadura que não foram contadas ainda necessita da ação de jornalistas (SOUZA, 2002, p.

² Entrevista de Josmar Jozino ao autor.

239), que têm entre seus principais papéis na sociedade o de esclarecer e denunciar ocorridos na história.

Não se coloca em dúvida que esse é um dos papéis dos jornalistas – não de todos, mas de alguns. Existem matérias que para serem elaboradas exigem dedicação e persistência, uma certa dose de sorte, que não faz mal a ninguém, e desprendimento. Porque exercer a profissão não é apenas sair da redação e fazer esse tipo de matéria. É buscá-la, é fazer o garimpo da notícia, não se conformar com a notícia escondida, localizar as fontes, que preferem viver enclausuradas, e buscar o interesse coletivo, sempre superior ao individual, mesmo quando a realização dessa tarefa é considerada impossível. É preciso dispor de tempo, é preciso ter espaço e tempo adequados para informar – tantas vezes revelando pela primeira vez, outras fazendo a denúncia que ajudará a mudar o curso das águas –, é isso que torna a atividade jornalística acima de tudo um prazer, e mais ainda, uma irreversível paixão (SOUZA, 2002, p. 239-240).

Além de todos esses problemas, outro obstáculo barra a veiculação de muitas denúncias pela imprensa. Fugindo à natureza da comunicação coletiva, conforme define, J. Edward Gerald em seus trabalhos sobre a responsabilidade social do jornalismo, muitas notícias são engavetadas ou mesmo esquecidas (1963). Gerald aponta que os veículos populares de comunicação são instituições sociais que servem à sociedade, ao reunir, escrever e distribuir

as notícias do dia. E seu caráter emana de nossas instituições políticas e econômicas, oferecendo informação no mercado (1963, p. 9):

Espera-se, na teoria, que os veículos de informação mantenham a liberdade de expressão e de discussão; entretanto, também eles sofrem a enorme pressão dos grupos interessados (as fontes de comunicação diversificada) em acentuar e sustentar partidarismo, como verazes. Na estratégia da comunicação, as massas de nossa sociedade são consideradas incultas e facilmente exploráveis por demagogos (GERALD, 1963, p. 10).

Mesmo entendimento tem Cleofe Monteiro Sequeira (2005, p. 22), ao comentar o estudo de Alberto Dines realizado há mais de três décadas. Sequeira registra existência de dificuldades dos veículos de comunicação para inserir em suas páginas reportagens com vertente investigatória; e vai além. Aponta que outro estudioso das comunicações sociais, Carlos Manuel Chaparro, também conclui que o jornalismo investigativo vem tendo ocorrência discreta dentro do jornalismo brasileiro (CHAPARRO, 1997).

Chaparro cita os termos “fazer e impedir” que resumem o posicionamento dos jornais e jornalistas (1993, p. 77) diante do paradigma do JI. Ele questiona onde está, a quem pertence, a que interesses serve esse poder que capacita jornais e jornalistas – com o uso da privilegiada ferramenta da informação – a favorecer ou contrariar valores, pessoas,

instituições, grupo, partidos, empresas e nações?

Qualquer que seja, onde quer que esteja, a quem quer que tenha sido delegado, esse poder se projeta em decisões e ações irreversíveis na intimidade da atividade jornalística, em todos os desdobramentos hierárquicos de produção, criação e controle de notícias (CHAPARRO, 1993, p. 77).

Para ultrapassar essa barreira que se enraizou nas redações é necessário adotar uma nova postura, resgatar o jornalismo praticado fora das redações ante o realizado pelo telefone, promover as ações do “jornalista em pé” (MEDINA, 2016). Seria necessário driblar essa estrutura sólida existente. Para que a notícia veiculada nas páginas dos jornais contenha valor agregado e fuja das notas e versões oficiais, é necessária a quebra de rotina das redações, avaliam os estudiosos (DINES, 1986; SEQUEIRA, 2005; CHAPARRO, 1997; MEDINA, 2016). E também recriar o protagonismo do jornal em papel no Jornalismo diário.

O autor (Dines) define o papel do jornalismo investigativo na sociedade, quando, ao analisar o contexto social da época, afirma que só essa modalidade de jornalismo poderá tirar o jornalismo diário da posição quase secundária que começa a assumir ao se colocar no caudal da televisão ou como seu complemento – quando deveria acontecer exatamente o contrário. Na sua visão, é o repórter do jornal diário, pela desenvoltura de seu trabalho, que pode buscar o fato escondido e não acontecido

e recolocar o jornal na crista do processo comunicativo. E, para que isso aconteça, é preciso vontade, disposição e, sobretudo, coragem de quebrar rotinas (SEQUEIRA, 2005, p. 23).

No JI, ou no simples jornalismo diário de hard news, defende Medina (2016), é preciso que o repórter saia a campo, deixe o gabinete, a redação, e vá para a rua; “pôr a nu a paixão pela dialogia na reportagem ou defender o ato presencial diante da abstração do pensar à distância” (p. 25). Desenvolver o lema de João do Rio – o repórter vai à rua (MEDINA, 2016, p. 70). O jornalismo investigativo, ainda observa Alberto Dines (1986), não é apenas jornalismo de sensações ou de escândalos. Essa modalidade, teoriza, relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação da sua ocorrência (1986, p. 92).

O caminho percorrido pelo jornalista dentro de uma redação, de uma empresa jornalística, ao fazer uma reportagem, não escapa às contingências de controle dispostas pela propaganda, às atitudes padronizadas de classe ou grupo; carrega o próprio preconceito e prejulgamentos (LAGE, 1979, p. 108). Tais contingências podem ser elencadas como entrevistas e testemunhos que expressam interesse próprios, trabalho com pouco tempo para conclusão, principalmente quando se trata de temas controversos, onde há pressões

e contrapressões eficientes; além de ser levado a penetrar em informações técnicas de difícil transposição (1979, p. 108).

O posicionamento reativo das redações jornalísticas também é fator que leva a uma falta de comunicação dos fatos, uma deficiência informativa, que promove a manipulação da formação da opinião pública, conforme destaca Edvaldo Pereira Lima (1993), em entrevista com a professora Cremilda Medina, que observa que o modo de operação dos atuais meios de comunicação acentua a falta de informação devido o modo de atuação de toda estrutura jornalística existente. Medina define tal situação como “aumento da incomunicação”.

Tal incomunicação seria proporcionada por um batalhão de propagandistas que atua na formação e controle da opinião pública (LIMA, 1993, p. 75). O pesquisador destaca ainda que este processo de falta de comunicação e utilização de informações repassadas através de releases por assessorias de imprensa profissionais coloca cada vez mais longe a presença do ser humano das notícias, pelo menos aquela parte da população que está longe dos holofotes e integra a grande maioria dos brasileiros em todos os cantos do país. Isso dirige a comunicação para um lado apenas das histórias, dirige e controla as informações.

Estamos longe da rede de comunicação em que se resgate a presença das pessoas, se abram canais para os testemunhos anônimos. O diálogo é democrático; o monólogo é autoritário... Enquanto

insistirmos na competência do fazer, despojada de significado humano, pouco se avançará no diálogo possível numa sociedade em que impera a divisão, a grupalidade, a solidão. Se os meios são de comunicação, que se encare então o que é comunicar, interligar. O maior obstáculo é o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social (LIMA, 1993, p. 75).

Além dessa face que realça a incomunicação e o esfacelamento da reportagem, o jornalismo vem padecendo do uso seletivo de critérios e atenção de acordo com as agendas políticas nacionais. No entender de Edward S. Herman, a diversidade de notícias “marginaliza” a oposição (apud TRAQUINA, 2016, p. 295), o que invisibiliza muitas histórias, como as dos sequestros de bebês e crianças por militares durante a ditadura brasileira (1964-1985), foco do JI desenvolvido neste trabalho. O processo industrial que tomou conta em todas as fases de produção numa redação jornalística tem influenciado negativamente na qualidade final das reportagens e no seu conteúdo.

A eficácia dos meios de comunicação de massas, normalmente como veículos das perspectivas oficiais ou de classe dirigente é realçada pela credibilidade que os media adquirem nas suas divergências ocasionais com as instituições estabelecidas, como as corporações ou o governo (HERMAN apud TRAQUINA, 2016, p. 295).

Para Herman,

a alteração da visibilidade de certas

notícias de crime funciona em conjunto com outros processos organizacionais e ideológicos dentro dos media, por exemplo, a relativa “competitividade” de outras notícias pelo espaço e atenção, a novidade das notícias ou a sua topicalidade etc... O que seleciona determinadas “estórias” de crime pela atenção especial, e determina o relativo grau de atenção que lhes é dado, é a mesma estrutura de “valores-notícia” que é aplicada a outras áreas noticiosas (HERMAN apud TRAQUINA, 2016, p. 328).

As condições ideais para a narrativa jornalística fluir e ser eficaz é escapar à produção industrial cerceadora do jornalismo criativo (LIMA, 1993, p. 159). Cerceadora pelo tempo cronometrado, pela pauta condicionada, pela cosmovisão comprimida por valores de um universo empresarial inerentemente conservador, devido aos compromissos conjunturais aos quais obrigatoriamente se atrela (1993, p. 160).

Nos últimos anos, a imprensa brasileira, em lugar de investigar, tornou-se muitas vezes, simplesmente, o porta-voz de órgãos policiais para investigações em fase de inquérito, inclusive mediante divulgação de gravações telefônicas legais e ilegais (ASSIS, 2015, p. 85).

Junto a tudo isso, há ainda a frustração do profissional, do repórter, que vai à rua em busca de notícias. O repórter que nesta cadeia produtiva tem o menor poder de decisão do que será veiculado e de que modo será veiculado, pois esbarra nos

editores, zelosos de suas tarefas atreladas às empresas que trabalham.

Quase sempre quem sente a maior frustração é o repórter, elo da cadeia produtiva que menos poder detém, mas está em contato com o mundo vivo e vivido. Ele percebe demandas na rua, no cotidiano, nos depoimentos do sujeito anônimo que, se não fossem sufocadas ou desqualificadas, dariam outro ritmo aos novos projetos de comunicação social. Mas, ao chegar nas redações, esbarra com editores que, em grande parte, não estão disponíveis para a “alma encantadora das ruas” (MEDINA, 2003, p. 99).

Mesmo assim, Cremilda Medina ainda vê uma luz no fim do túnel para o JI, apesar da existência de cenário repressivo dentro das redações mesmo durante os anos de ditadura, quando a grande reportagem nacional confrontava com sucesso a censura do regime militar (2003, p. 126).

Técnicas diferenciadas de apuração

Mas mesmo com estrutura que prioriza outras ações e veiculações e invisibilizado, o JI ganha novo sentido e passa a conter novos elementos que são capazes de torná-lo atraente para a Comunicação e o modelo de denunciar desmandos, irregularidades, crimes e ilegalidades: uma dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação entre outros fatos (contextualização) e a incorporação do fato a

uma tendência e sua projeção para o futuro (SEQUEIRA, 2005, p. 62). Deveria existir nas faculdades, escreve Percival de Souza (2002), uma disciplina chamada História da Reportagem. Ela é a alma do jornalismo.

O jornalismo investigativo tem sido responsável em grande parte pelo movimento que leva as verdades a não serem escamoteadas. Primeiro, a denúncia pela imprensa. Depois, que sabe, talvez, eventualmente, em tese, alguma providência (SOUZA, 2002, p. 61).

O jornalismo diário, de gabinete, exercido dentro das redações pode transformar-se em jornalismo investigativo quando há uma ação diferenciada, uma postura proativa do repórter. O renascimento do JI pode ocorrer também fora das redações, através do jornalismo independente, desatrelado de chefias, mas com um projeto estruturado e um objetivo a ser alcançado. É quando o profissional utiliza técnicas e estratégias peculiares que não fazem parte da rotina dos jornalistas da chamada hard news, as notícias diárias, de atualidade. E também, principalmente, quando torna públicos acontecimentos que grupos de poder querem esconder da sociedade (SEQUEIRA, 2005, p. 62).

O que verdadeiramente estabelece a diferença entre o jornalista de atualidades (hard news) e o jornalista investigativo é, pois, a maneira de encarar o trabalho diário, sempre condicionado por dois fatores: o sistema de produção da notícia;

e as condições de trabalho específicas que determinaram como acessar esse sistema (de trabalho) (QUESADA, 1987, p. 23).

O jornalismo investigativo é mais exigente, tanto em relação a seus assuntos quanto em suas evidências, do que a prática normal de reportagem numa redação normal, evidencia o jornalista investigativo MacFadyen in Burgh (2008). Falecido em 2016, ele aponta que uma variedade de métodos diferentes de JI evoluiu, em busca do mesmo resultado, e que existe muita dificuldade para exercer práticas investigativas complexas fora do ambiente de redação, seja de um jornal ou de uma outra organização jornalística. E ressalta que para jornalistas freelancers, na prática do jornalismo independente, sem grandes recursos, se tornou cada vez mais difícil replicar os padrões dessas organizações. Mas que algumas histórias importantes foram contadas por jornalistas independentes (BURGH, 2008, p. 138).

Assim como a cobertura convencional de notícias depende amplamente – e, às vezes, inteiramente – de materiais fornecidos pelos outros (política, governos, empresas, etc.), o JI independente depende somente do esforço e labuta do próprio repórter. A cobertura convencional é fundamentalmente reativa, quando não, passiva, descreve manual das Nações Unidas sobre JI (2013). A cobertura investigativa, em contraste, depende de materiais reunidos ou gerados a partir da própria iniciativa do(a) repórter (HUNTER et al, 2013, p. 10).

Existe, realmente, um tipo de jornalismo em que o repórter precisa batalhar pelas informações, desenvolver técnicas próprias de apuração, ter uma metodologia para construir a reportagem. É o processo de trabalho do repórter que diferencia a reportagem investigativa dos outros tipos de reportagem (SEQUEIRA, 2005, p. 63).

Além do processo de apuração diferenciado, o JI também deve ter entre seus integrantes a sensibilidade do repórter. Algo semelhante ao que desenvolveu e desempenhou Euclides da Cunha na grande reportagem sobre Canudos, que se transformou no clássico *Os Sertões*³.

A “afinidade instintiva” de Euclides da Cunha só poderia ganhar segurança se o autor realizasse um encontro visceral com a realidade. Isto é, se, munido de sua vasta cultura, partisse a campo para confrontá-la, para colocar à prova a concepção teórica, de um lado, e a elaborada finesse de sua sensibilidade, de outro. Em outras palavras, se deixasse canal livre para aflorar o seu potencial de repórter, de pioneiro – ao menos em termos brasileiros – dessa febre indomável do verdadeiro descobridor de realidades no corpo-a-corpo com o semelhante, com a ambiente, com o cenário social, com a contemporaneidade histórica pela qual atravessa o indivíduo durante o seu tempo de vida. Euclides da Cunha é o antecessor, o protótipo da figura que vai ser decisiva no futuro para o amadurecimento do jornalismo de profundidade enquanto reportagem (LIMA, 1993, p. 163).

É função do JI seguir o rastro de histórias ou acontecimento que, em determinado momento, foram notícia, mas acabaram saindo das páginas dos jornais – com o objetivo de checar se esses fatos, da forma como foram divulgados, não trouxeram prejuízo à sociedade (SEQUEIRA, 2005, p. 113). Mas também é função do JI investigar histórias ou acontecimentos que sequer entraram nas páginas dos jornais, como no caso dos sequestros de bebês e crianças pela ditadura brasileira (REINA, 2019), ou a história de David Nasser e a revista *O Cruzeiro*, relatados por Luiz Maklouf Carvalho em *Cobras Criadas* (CARVALHO, 2001).

O futuro do jornalismo vai depender muito do empenho, do talento e da capacidade de inovar de cada profissional envolvido nesse desafio. Nesse mundo em acelerada transformação, repórteres e editores continuam a exercer prerrogativas essenciais, que nenhuma revolução tecnológica será capaz de lhes tirar. É preciso saber investigar, bater nas portas e fontes certas, balancear corretamente a informação, exercer o chamado contraditório, que significa confrontar diferentes fontes e versões no esforço de chegar o mais próximo possível da verdade. Boa reportagem exige talento, experiência, tempo, dedicação, sendo de responsabilidade social e compromisso honesto e sincero com as necessidades dos leitores (GOMES, Laurentino in ARBERX, Daniela: “Cova 312 – a longa jornada de uma repórter para descobrir o destino de um guerrilheiro, derrubar uma farsa e

³ Analogia realizada sem levar em consideração se o que Euclides da Cunha escreveu teve como base somente uma parte dos envolvidos no fato histórico ou não.

mudar um capítulo da história do Brasil”, 2015).

O JI tem capacidade de apontar novos rumos para a história e derrubar tabus que se tornaram referências em períodos atrelados à censura e manipulação de narrativas, como o da ditadura brasileira (1964-1985).

Para que o JI cumpra sua função social, ou seja, mostre à sociedade as mazelas que a debilitam, são necessários quatro elementos básicos: que o repórter trabalhe num contexto social democrático; que as instituições estatais garantam que as mazelas expostas sejam sanadas; que as empresas de comunicação, em uma situação econômica estável, independam de instituições públicas e privadas; e, por fim, que o repórter, durante o processo investigativo, trabalhe sob a égide da ética. A base do JI do novo século está construída em uma verificação precisa dos fatos e em uma independência obstinada, quer do repórter, quer da empresa a que está vinculado (SEQUEIRA, 2005, p. 113).

Modos e características de produção do JI

Para tentar traçar um modelo de jornalismo investigativo atual, levando em conta as rotinas produtivas de alguns repórteres contemporâneos em ação nas redações de jornais, é possível verificar a influência da dimensão empresarial e política dos veículos de comunicação em consonância com a vivência profissional dos jornalistas investigativos. É que o produto final do

trabalho desses profissionais, ou seja, a reportagem publicada, não deixa claro para o leitor as várias etapas de construção de uma reportagem investigativa (SEQUEIRA, 2005, p. 183). O leitor não consegue identificar a existência do processo de pesquisa e investigação – seja ele de curto, médio ou longo prazo. Tampouco demonstra o caminho que o repórter percorreu para levantar os fatos, dados e entrevistas que foram publicados, tornando o produto final pasteurizado, com viés e monóculo.

Essas (etapas) demandam do profissional uma rotina estafante, às vezes perigosa e quase solitária, a que se submete o repórter na sua obsessão por levar ao leitor histórias que podem desvendar os meandros da corrupção no setor público, a violência policial (e militar), casos escabrosos como a exploração sexual de crianças e adolescentes, ou o tráfico de órgãos para transplantes (SEQUEIRA, 2005, p. 183).

O jornalista deve saber explicar para o leitor, descreve Cláudio Abramo (1988) como o fato se deu, qual foi o processo que conduziu àquele resultado e o que aquilo vai trazer como consequência:

O papel do jornalista é o de qualquer cidadão patriota, isto é, defender o seu povo, defender certas posições, contar as coisas como elas correm com o mínimo de preconceito pessoal ou ideológico, sem ter o preconceito de não ter preconceitos. O jornalista deve ser aquele que conta a terceiros, de maneira inteligível, o que acabou de ver e ouvir (ABRAMO, 1988, p. 110).

Na produção de uma reportagem investigativa, teorizam pesquisadores em jornalismo, há pelo menos sete fases básicas na rotina de trabalho dos profissionais. Mesmo levando-se em conta que cada repórter tem uma metodologia diferente de atuação e apuração dos fatos, e que cada reportagem possui aspectos diferenciados. Estas etapas são (SEQUEIRA, 2005, p. 183-184):

- 1 – A busca de um novo tema, com enfoque inédito;
- 2 – O estudo de viabilidade do tema;
- 3 – O estudo aprofundado do assunto por parte do repórter;
- 4 – A criação de um projeto de trabalho;
- 5 – A fase de apuração (pesquisa documental e entrevistas com as fontes de informação) e cruzamento de informações;
- 6 – A redação final do texto;
- 7 – A edição e publicação da reportagem.

Outro jornalista, João Carlos de Assis (2015), também enumera sete mandamentos para o jornalismo investigativo: descrição, critério, sorte, persistência, desconfiança, investigação e nada de heroísmo. Quanto mais longe da notícia, mais o jornalista se torna presa da manipulação, aconselha (ASSIS, 2015, p. 55):

...há uma única certeza: essa grande matéria precisa de caçadores, farejadores, perdigueiros obstinados, sempre dispostos a colocar o interesse público em primeiro lugar. E esse tipo de notícia nunca está facilmente disponível. Correr atrás dela é impor-se sacrifícios, nervos para suportar tensões, capacidade de enfrentar profissional e psicologicamente o perigo, sempre lembrando que a recompensa se dá apenas pelo prazer de saborear a sua divulgação (SOUZA, 2002, p. 230).

Normalmente, este tipo de profissional atua de forma solitária, e consegue entrever no mundo dos fatos e acontecimentos, informações e pessoas que a maioria dos jornalistas entende como não existente. Possui uma metodologia de trabalho diferente da dos demais colegas que atuam na produção de notícias do dia a dia, a chamada hard news. É assim que David Remnick, editor do The New York Times, define o padrão de jornalista investigativo na introdução ao livro de Seymour M. Hersh, “Cadeia de Comando”, que denuncia os abusos praticados por militares dos Estados Unidos nas prisões iraquianas de Abu Gharib (2004). Hersh recebeu o Prêmio Pulitzer de jornalismo por sua cobertura do massacre americano em My Lai, na guerra do Vietnã, em 1968. No livro “Cadeia de comando”, o jornalista expõe suas investigações sobre as torturas e todo contexto político que possibilitou os abusos, durante o governo George Bush:

Mesmo como repórter da equipe do New York Times ou da The New Yorker, (Hersh) sempre foi um tipo de lobo solitário, que opera de fora, à frente da alcateia, às vezes vendo coisas muito antes dos outros, com frequência descobrindo detalhes que conduzem a outras investigações (REMNICK apud HERSH, 2004, p. 15).

O que demonstra teoria defendida por Quesada (1987), de que o jornalista investigativo deve ter conhecimento dos fatos que cercam os personagens de sua apuração, buscar todos os detalhes possíveis, mesmo aqueles mais imbricados ou com pouca relevância.

O jornalista investigativo deve tentar chegar ao fundo das questões, trazer à luz até os dados mais ocultos, por mais insignificantes que pareça a olho nu e cujo desconhecimento possa afetar os interesses dos leitores (QUESADA, 1987, p. 93).

Não há uma fórmula fechada sobre o processo de apuração de uma reportagem investigativa. Mas durante a apuração deste tipo de matéria, não é possível fazer um estudo de viabilidade do que deve ser feito num primeiro momento ou deixado para uma próxima etapa. Muitas vezes, as decisões precisam ser tomadas rapidamente e, na maioria das vezes, tomadas individualmente, solitariamente. Extrapolando todo o planejamento que antecede essa empreitada, conforme explica o repórter Percival de Souza, autor

de várias reportagens investigativas e de outros tantos livros jornalísticos com esta vertente:

É preciso que o repórter investigativo tenha poder de decisão e consciência de que nem todos os casos são iguais e não existe uma metodologia única para se fazer uma reportagem. Cada caso é um caso e, em síntese, o mais importante é a sensibilidade do repórter para intuir onde está uma grande matéria. E é preciso, também, ter sorte. (SOUZA, apud SEQUEIRA, 2005, p. 123).

A Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, elaborou um manual sobre JI. Os autores, Mark Lee Hunter e Nils Hanson, abrem o volume apontando que jornalismo investigativo não é a cobertura habitual que se emprega para as notícias cotidianas, as hard news (2013). Para Hunter et al, o JI envolve expor ao público questões que estão ocultas – seja deliberadamente por alguém em uma posição de poder, ou acidentalmente, por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias que obscurecem o entendimento. E ele requer o uso de fontes e documentos secretos (2013, p. 10).

Escrever uma reportagem, hard news ou investigativa, torna o jornalista base da história, pois os fatos são descritos sob o olhar desse profissional (MEDINA, 2016), não como um historiador profissional, mas como praticante de uma disciplina

científica (MEDINA, 2016, p. 145). Ao fazer a reinterpretação dos fatos, o jornalista acredita estar contribuindo para com a história:

A contemporaneidade, tal qual as percepções traduzem em narrativas, oferece inúmeros desafios não só ao cidadão nela situado com relativo conforto, como ao que carrega o fardo da marginalização de qualquer origem – social, étnica, cultural ou religiosa. Enunciar um texto que espelhe o dramático presente da história é, a princípio, um exercício doloroso de inserção no tempo da cidadania e da construção de oportunidades democráticas (MEDINA, 2003, p. 48).

Entretanto, a mídia de massa, ao selecionar fatos para publicação, relega ao esquecimento outros fatos e acontecimentos, além de vários personagens. É feita uma escolha que destaca fatos e personagens, protagoniza informações, e ao mesmo tempo esconde e invisibiliza outros fatos e personagens. Ao escolher a forma de sua narrativa, ao definir o lugar a ser ocupado pelo texto, o repórter e o editor mantêm como essencial a dialética lembrar/esquecer (BARBOSA, 1995, p. 84-101):

a escrita deve ser vista, pois, como um elemento de construção seletiva da memória, que contém em si mesma a questão do poder. Eternizar um dado momento através da escrita é, ao mesmo tempo, como diz Georges Duby “domesticar e selecionar memória”. Ao selecionar o que deve ser lembrado e ao esquecer o que deve

ficar em zonas de sombras e de silêncio, esses veículos de comunicação impressos tornar-se-iam, portanto, também senhores da memória (1995).

A memória é, assim, a representação mental do passado que possui apenas uma relação parcial com ele; constrói identidade e não o conhecimento. Essa memória registrada pelo JI, por seu turno, reconstrói um passado ideal ou diabolizado (QUADRAT, 2015).

Sem querer fazer o papel de historiador, mas com consequências para a formação e registro da história, o JI tem todos os componentes para resgatar a história passada e escrever a história de ontem e de hoje. Isso porque um dos principais legados do JI está baseado na premissa de que é realizada uma ampla e profunda captação de informações, personagens, documentos, etc. em campo, de forma extremamente fidedigna para com o real (LIMA, 1993, p. 159). Entretanto, escapa à produção industrial cerceadora do jornalismo criativo.

O resultado do JI é obtido através de entrevistas, que podem ser subdivididas em cinco subgêneros (LIMA, 1993, p. 76):

- 1 - A entrevista conceitual, onde o repórter busca conceitos, versando sobre diferentes temas, nos especialistas de cada área.
- 2 - A entrevista/enquete, na qual um único tema é privilegiado, através de uma pauta ou de questionários básicos aplicados a fontes selecionadas aleatoriamente.
- 3 - A entrevista investigativa, apoiada

na coleta de informações em off e em on (esta dá retaguarda àquela) e que está a serviço de matérias investigativas, de denúncia. 4 - A confrontação-polemização, materializada em forma de debate, mesa redonda, painel, simpósio ou seminário, em que fontes antagônicas ou divergentes são simultaneamente entrevistadas. 5 - Além do perfil humanizado, que se caracteriza pela abertura e proposta de compreensão ampla do entrevistado em vários aspectos, do histórico de vida ao comportamento, dos valores aos conceitos.

Os gêneros de entrevista jornalística vão além da preocupação científica pura e simples, apesar de conter todos os ingredientes científicos que baseiam as ciências humanas.

Como técnica de obtenção de informações que recorre ao particular, a entrevista jornalística vale-se na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas, não sendo adotada, por exemplo, a técnica de amostragem rigorosa imperante nas ciências sociais. Isso não invalidaria o aleatório na seleção de fontes para as entrevistas, porque qualquer pessoa procurada no anonimato tem alguma coisa de importante a dizer (LIMA, 1993, p. 76).

De qualquer forma, observa LIMA, 1993, o JI tem capacidade de manter o mesmo procedimento científico rígido empregado pelas ciências sociais ao narrar histórias de vida, principalmente a Antropologia. Isso se dá em função das entrevistas livres

acompanhadas de observação participante desenvolvidas e realizadas pelo JI; atuação semelhante à desenvolvida na apuração dos casos de sequestro de bebês e crianças pela ditadura.

Um recurso poderoso para a melhoria dos processos de captação dos jornalistas, reconhecendo que alguns profissionais se utilizam, de alguma forma, desse instrumental... A prática das histórias de vida se dá na antropologia através dos conceitos de estrutura e de cultura, na história, se realiza através da ideia de processo... Acompanhando a evolução das histórias de vida na prática antropológica e citando as pesquisadoras Aspásia Camargo, Valentina da E. de Lima, Lúcia Hipólito, Dulcília Buitoni alinha os seguintes modelos: a autobiografia (onde o ator fala por si só), as entrevistas biográficas (onde o entrevistador serve apenas de ouvinte ou então também interfere na estrutura do relato), a fonte complementar de pesquisa (as histórias de vida como apenas um meio complementar de coleta de dados), o suporte de pesquisa (onde as histórias são o principal suporte elucidador da rede de relações sociais) (LIMA, 1993, p. 76-77).

Diante de tais definições, podemos dizer que o JI é capaz de resultar numa visão multiangular dos personagens, seu comportamento, seus problemas, sua realidade; com uma combinação de entrevistas biográficas, estudos intensivos de casos e observação participante. Esse gênero jornalístico extrapola ainda as limitações e as inadequações do jornalismo

diário, da chamada *hard news* (LIMA, 1993), durante a captação de informações, culminando num produto final diferenciado, mais completo e baseado no rigor científico.

Ao contrário do que alguns profissionais gostam de dizer, o jornalismo investigativo não é apenas o bom e velho jornalismo bem realizado (HUNTER et al, 2013). De fato, ambas as formas de jornalismo focalizam os elementos de quem, o que, onde e quando. Mas o quinto elemento da cobertura convencional, o “por que”, torna-se o “como” na investigação.

Os outros elementos são desenvolvidos não apenas em termos de quantidade, mas também em termos de qualidade. O “quem” não é apenas um nome ou um título, e sim uma personalidade, com traços de caráter e um estilo. O “quando” não está presente nas notícias, e é um continuum histórico – uma narrativa. O “que” não é meramente um evento, e sim um fenômeno com causas e consequências. O “onde” não é apenas um endereço, e sim uma ambientação, na qual certas coisas se tornam mais ou menos possíveis. Esses elementos e detalhes dão ao jornalismo investigativo, em sua melhor forma, uma poderosa qualidade estética que reforça o seu impacto emocional (HUNTER et al, 2013, p. 8).

O impacto emocional e de compreensão citado por Hunter et al promove a reportagem à categoria de responsabilidade social e de prestação de contas. Para Silvio Waisbord, o JI permite o conhecimento público de ações ilegais, um recurso fundamental para o que ele chama de *accountability* (2002, 2015).

Se uma denúncia feita pela imprensa gera um escândalo, e se esse é seguido por fatores que o levam a produzir consequências, quais serão elas? Serão muitas, e elas estão ligadas, de forma íntima, ao que Waisbord chama de *accountability*, mas que envolve hoje conceitos como democracia, transparência e fiscalização de instituições públicas (NASCIMENTO, 2010, p. 51).

Mas há também muitos percalços na trilha do JI, principalmente nos momentos atuais, quando a notícia se tornou uma ferramenta crucial e fórum para acessar e disseminar informações globalmente (BURGH, 2008). Embora a tendência voltada para as tecnologias globais digitais de informação permita acesso sem precedentes à informação, trata-se de uma indústria totalmente dominada pelas leis de mercado em que a comercialização da informação implica “que o fator decisivo seja o lucro e não o interesse público” (BURGH, 2008, p. 127).

A função social do jornalista na era das fake news

A livre discussão das ideias promove a evolução das sociedades humanas. Sem a plena liberdade não pode haver progresso científico, jurídico ou político. É o que já defendia o filósofo britânico John Stuart Mill no século 19. Mill era bem claro ao defender a liberdade de expressão. A livre expressão das ideias, falsas ou verdadeiras, não deve ser temida, e o direito de opinião não

pode nem deve ser suprimido ou cerceado devido a posições econômicas ou morais, mas somente quando causar dano injusto, segundo sua obra “Sobre a liberdade”, de 1859. Destaca o juiz federal Kepler Gomes Ribeiro, em artigo de novembro de 2020, sobre a liberdade de expressão, discurso de ódio e fake news, que no primórdio do pensamento sobre o direito à liberdade de expressão sequer haveria à época de Mill a possibilidade de existir ou mesmo cogitar que o mercado “livre de ideias viesse a se tornar verdadeiro trânsito de mensagens de ódio e disseminação de inverdades sobre fatos e sobre pessoas”.

Hoje, o cenário no Brasil permite a disseminação do discurso de ódio, distorção da verdade e a disseminação em massa dessas fake news, principalmente por meio das redes sociais, inclusive através da utilização de robôs.

Nesta discussão é importante saber diferenciar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre garantias e deveres individuais e coletivos. São considerados invioláveis os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Ou seja, a liberdade é um direito fundamental dos brasileiros.

A mesma Constituição garante aos cidadãos e cidadãs que vivem no Brasil e aos estrangeiros que aqui estão a livre manifestação do pensamento, além da livre expressão da atividade intelectual,

artística, científica e de comunicação. Tudo isso independente de censura ou licença. Além da CF88, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seguida por dezenas de países, inclusive o Brasil, também assegura a liberdade de expressão a todo mundo.

Ou seja, a liberdade de expressão é garantia fundamental ao exercício da cidadania e à democracia. Na letra da lei, a liberdade de expressão é aplicada a qualquer pessoa, que tem o direito de se manifestar e ser respeitada, independentemente do conteúdo que ela disser. É a garantia da pluralidade de pensamento, da manifestação de ideias. Mas com respeitoso diálogo. Há de se destacar que sempre que a liberdade de expressão recebe uma restrição, a diversidade de pensamento é atingida diretamente.

Aqui no Brasil, nem sempre houve liberdade de expressão. Desde a época do Império esse direito esteve garantido a todo cidadão. Mas nesse período, a liberdade de expressão dependia das atitudes do chefe de Estado, pois estava atrelada ao que pensava o chefe de Estado. Tal modelo foi mantido do Império até o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, quando esse foi revogado⁴. Os brasileiros e brasileiras só voltaram a poder se expressar livremente após a redemocratização, com a

⁴ Estado Novo foi período autoritário que durou de 1937 a 1945. Garantiu a continuidade de Getúlio Vargas como mandatário nacional, apoiado por lideranças políticas e militares.

promulgação da Constituição de 1946.

Durante a ditadura civil-militar 1964-1985, esse direito também foi duramente golpeado e restringido. Nos anos mais difíceis desse período, após a promulgação do Ato Institucional nº 5, por exemplo, em 13 de dezembro de 1968, ficou proibida qualquer tipo de manifestação de pensamento, de ideologia política e até mesmo de credo. O restabelecimento da liberdade de expressão só veio a ocorrer, garantida na forma da lei, na Constituição de 1988.

Atualmente, diante dessas explicações, uma dúvida pode surgir: será então que a liberdade de expressão garante a possibilidade de qualquer indivíduo fazer uma declaração preconceituosa? Essa dúvida vem gerando quantidade enorme de ofensas e discriminação, principalmente quando se olha para o mundo da internet, através das redes sociais.

Surge um novo conflito: o direito à liberdade de expressão daqueles que falam o que querem e o que pensam, ante o direito à vida. É possível expressar o que se quer e ao mesmo tempo manter a liberdade de crença, de religião, de opção sexual, entre outras opções das pessoas que sofrem ofensas?

Assim como qualquer tipo de liberdade, a liberdade de expressão tem limites. Qualquer pessoa pode falar, escrever, divulgar o que quer, mas precisa assumir a responsabilidade por seu ato. A própria Constituição Federal proíbe o anonimato. Ou seja, qualquer pessoa precisa se

identificar ao expressar seu pensamento, o que deseja. Não pode fazer isso debaixo do manto obscuro do anonimato, do disfarce. Trata-se de uma determinação da lei para que o emissor se responsabilize com as consequências de sua ação, de sua fala. São proibidas ofensas que ferem a dignidade da pessoa, de sua integridade e de sua imagem.

É muito claro que não há nenhuma forma de expressão que possa levar ao preconceito e discriminação. Além de caracterizar crime, é uma violação ao direito à vida, à liberdade, à segurança e a qualquer direito fundamental do ser humano.

O racismo, por exemplo, é tipificado por lei como crime. Deste modo, fazer piadas, xingar ou expressar-se de forma ofensiva, opressiva a pessoas negras pode e deve levar o autor à punição. O mesmo ocorre com aqueles que expressarem críticas e exercem discriminação ao modo de viver de qualquer cidadão, seja uma crítica contrária à sua opção de gênero, de religião, de partido político, etc. Há limite para a liberdade de expressão, principalmente na esfera online, ou seja, nas redes sociais.

E a liberdade de imprensa, o que é isso?

A Constituição de 1988 garante à Imprensa brasileira direitos relativos à informação, à liberdade e ao exercício do Jornalismo:

- Nenhuma lei ou dispositivo pode vetar de qualquer forma a plena liberdade da informação jornalística;
- É vedada toda censura, seja de natureza política, ideológica, artística;
- É assegurado o direito de resposta,

proporcional ao agravo que tenha sofrido. A vítima está sujeita a indenização por dano material, moral ou a imagem.

Não é possível exercer os fundamentos do Jornalismo e da Comunicação Social sem que exista ampla e irrestrita liberdade. O jornalismo tem como base fundamental a função social de atender aos interesses da sociedade civil noticiando, informando, denunciando tudo aquilo que é ou pode vir a ser de interesse público.

Importante destacar que a liberdade de imprensa deve manter a capacidade dos veículos de comunicação de denunciar e dar informações sobre escândalos de empresas estatais e mesmo das privadas, sem que exista a mão da censura ou pressão dos governos. A liberdade de imprensa deve ser soberana. Mas mantido o poder investigativo dos repórteres, a honestidade e a ética, além de expressas as versões de todas as partes envolvidas, que devem estar muito claras nas matérias veiculadas pelos jornais, revistas, portais de notícias, televisão e rádio.

O jornalismo deve ser exercido em favor e na defesa dos interesses da sociedade, do interesse público. Denunciar irregularidades e injustiças, escândalos financeiros, políticos, sociais, culturais.

A informação não é um privilégio dos jornalistas, mas um direito dos povos e a melhor contribuição para a consolidação de uma cultura democrática está em contar a verdade dos fatos (Verbitsky, 2006, p. 15).

Portanto, não se pode misturar liberdade de expressão com liberdade de imprensa. Cada uma delas tem naturezas distintas. A de imprensa é fruto das atividades profissionais do jornalismo. Já a de expressão está atrelada na possibilidade de qualquer cidadão ou cidadã se manifestar. Mantendo bem claro os limites da lei para não se transformar em ofensa, preconceito, discriminação ou qualquer outro tipo de crime.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que promove as liberdades de expressão, de imprensa e de liberdade de informação, considera que esses direitos são fundamentos cruciais para a democracia, para o desenvolvimento e para o amplo diálogo. Assim como são também pré-condições para a proteção e a promoção de todos os outros direitos humanos em todas as plataformas de comunicação. A UNESCO segue a abordagem de sensibilização sobre a igualdade entre homens, mulheres e qualquer ser humano. Presta especial atenção a países em situações de conflito, pós-conflito e de transição.

O autor britânico Timothy Garton Ash, que estuda a política escrita e a história presente, destaca dez princípios que garantiriam um mundo democrático e totalmente conectado, mantendo a expressão livre:

Liberdade de expressão – dela derivam todos os demais direitos democráticos.

Violência – tal medo precisa ser vencido,

à exceção do medo legítimo exercido em nome do estado de direito.

Conhecimento – a liberdade de expressão permite a busca da verdade, essencial para a democracia.

Jornalismo – sem censura, diverso, verdadeiro – decisões bem-informadas para os cidadãos e a democracia.

Diversidade – tolerância permite a diferença, a diferença torna a tolerância necessária.

Religião – todos os tipos devem ser respeitados.

Privacidade – devemos poder proteger a nossa própria e evitar a calúnia e os danos à nossa reputação, mas sem que isso impeça o escrutínio sobre o que diz respeito ao interesse público.

Sigilo – devemos poder desafiar todos os limites à liberdade de informação e enfrentar as consequências.

Icebergs – devemos defender a internet e demais sistemas de comunicação contra desmandos dos poderes público e privado.

Coragem – devemos decidir por nossa conta e enfrentar as consequências. O verdadeiro sistema soberano terá sua soberania construída a partir daquela de cada e de todo cidadão (Ash, Portugal, 2017).

O Brasil ocupa a chamada zona vermelha do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2021, divulgado pela organização Repórter Sem Fronteiras (RSF). Dentre 180 países avaliados, o país está na 111ª posição. Em relação ao ano passado, o Brasil baixou quatro pontos. Está na mesma situação frágil para jornalistas que Nicarágua, Afeganistão, Indonésia e Guatemala.

São dez pontos que devem ser considerados na luta e pela manutenção da liberdade de expressão. Mas sempre se esbarra no discurso de ódio, um fenômeno social cada vez mais descontrolado. É preciso deixar bem claro quais as características dessa prática e o que deve ser feito para combatê-la.

A diferença entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio é muito pequena. Mas é muito claro que a liberdade de expressão é fundamental para que exista a democracia. Já o discurso de ódio representa somente falas intolerantes, cheias de preconceitos e totalmente sem empatia, extremamente prejudicial para uma sociedade.

São muitas as definições sobre discurso de ódio. Todas fazem sobressair ideias que incitam a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos sociais, que quase sempre são considerados como minorias. São discursos que abordam discriminação racial, social, religiosa, deficiência, gênero, orientação sexual, peso corporal, classe, entre vários outros. Expressam manifestação de desprezo, intolerância, imigrantes, ódio, entre muitos outros.

O discurso de ódio é considerado um tipo de violência verbal. Tem como base a não aceitação das diferenças. Exemplo claro dessa prática foi o regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, que pregava o antissemitismo – preconceito contra judeus.

Hoje em dia temos registros quase que diários dessa prática. Aqui no Brasil é forte

o discurso de ódio com características negativas para gênero, opção sexual, religiosa, política ou mesmo em relação à saúde, como o exercido sobre a pandemia de Covid 19.

Há tanto negacionismo, preconceito e intolerância em relação ao tratamento ou falta de tratamento dessa doença e à vacina que se transformou numa situação quase que intratável. Há extrema dificuldade para se combater o discurso de ódio e as fake news sobre o tema. Pode-se, numa comparação, dizer que tudo isso se transforma na versão moderna do autoritarismo.

Essa modalidade moderna de autoritarismo está contida nos casos “em que governantes não rasgam a Constituição nem dão golpes de Estado clássicos, mas corroem as instituições por dentro”, destaca a jornalista Patrícia Campos Mello.

Nas “democracias iliberais”, segundo o vernáculo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, basta inundar as redes sociais e os grupos de WhatsApp com a versão dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade – e abafe as outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais (Mello, 2021, p. 23).

Tal avalanche de desinformação muitas vezes é impulsionada com recursos de marketing que fazem sobressair determinados tipos de conteúdo. Facebook e Instagram permitem o pagamento de veiculação para qualquer tipo de conteúdo. Esses posts ou mensagens atingem imensa

quantidade de pessoas, têm como alvo determinado público, segmentando o direcionamento da informação.

Muitas vezes são utilizados sistemas automatizados, os chamados robôs ou bots; ou mesmo pessoal contratado especificamente para impulsionar determinados conteúdos, os chamados trolls. O objetivo é sempre o mesmo: forjar maior engajamento em certos conteúdos e dar visibilidade a determinados temas. Essa ação promove um status de popularidade que o conteúdo verdadeiramente não tem. Uma outra maneira de atingir esse mesmo objetivo é contratar agências que fazem disparos em massa de mensagens de WhatsApp para que seja criada a impressão de que há grande quantidade de pessoas falando sobre determinado assunto.

Assim, uma vez impulsionada, a narrativa ganha propagação nas redes orgânicas, pois as pessoas de carne e osso passam a acreditar no que está sendo transmitido. Os americanos chamam isso de firehosing (mangueira de incêndio), ou seja, a disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, rápido e de larga escala.

O resultado do firehosing é que as pessoas não conseguem mais distinguir o que é verdade e o que não é devido a essa cacofonia de informações. Uma clara ação de propaganda de massa. Como destacou Hannah Arendt em seu clássico livro *Origens do Totalitarismo*, a “propaganda de massa descobriu que o seu público estava sempre

disposto a acreditar no pior, por mais absurdo que fosse, sem objetar contra o fato de ser enganado, uma vez que achava que toda afirmação, afinal de contas, não passava de mentira”. Mais ainda, observava Arendt, “se recebessem no dia seguinte a prova irrefutável da sua inverdade, apelariam para o cinismo; em lugar de abandonarem os líderes que lhes haviam mentido, diriam que sempre souberam que a afirmação era falsa, e admirariam os líderes pela grande esperteza tática”.

A criminalização da prática do discurso de ódio é amparada por lei e pela Constituição Federal. Quando a Lei Maior define que ninguém pode ser submetido a tratamento desumano ou degradante, e que o autor de ação que propicie isso pode ser punido, não há o que se discutir. Não há desculpa. Falar o que se quer, verdade ou mentira, mas violando os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade trará consequências penais. Isso é defender os direitos humanos e punir quem os viola, quem pratica discurso de ódio e espalha fake news.

Não adianta alegar a prática da liberdade de expressão para disseminar discurso de ódio ou fake news. Todo cidadão ou cidadã tem o direito de expressar suas crenças e opiniões, desde que elas não firam outras leis e garantias individuais e coletivas da sociedade. Quem desrespeita essa regra fundamental está praticando um crime.

Em nenhum momento a liberdade de expressão autoriza o exercício do discurso de

ódio, em qualquer esfera ou intensidade. Há limites ao discurso de ódio, pois a liberdade de expressão não é absoluta.

Para combater o discurso de ódio é necessário, inicialmente, não disseminar assuntos negacionistas, preconceituosos e tudo aquilo que seja contrário aos direitos humanos, de propriedade, de igualdade, de segurança, de saúde, cultural, político, etc. É importante denunciar os perfis e postagens com esse tipo de discurso nas redes sociais, nos jogos online, em fóruns e na internet como um todo.

Ações de conscientização são fundamentais para ensinar o que é discurso de ódio, negacionismo, fake news e como combater tudo isso.

A sociedade registra muitas perdas com a disseminação de fake news e o discurso de ódio. Estudo da Universidade de Baltimore, nos Estados Unidos, mostra que a conta anual que a sociedade paga em razão desses crimes chega a US\$ 78 bilhões. Número alto ao se contabilizar prejuízos na saúde, na economia, na democracia e nas relações sociais em todo o mundo⁵.

William Deming, que chegou a essa cifra ao elaborar o estudo na Universidade de Baltimore, dá uma pista de quanto a indústria mundial de fake news fatura globalmente, formada por um grande contingente de profissionais de “relações não públicas”.

⁵ Segundo Paulo Nassar, diretor-presidente da Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) e professor titular da ECA (Escola de Comunicações e Artes) da USP e Hamilton dos Santos, diretor-geral da Aberje, mestre e doutorando em filosofia na USP

Trata-se de uma “máquina de desinformação pirata, bem remunerada e estruturada nos moldes de grupos terroristas. Não tenhamos dúvidas: o divisionismo e a desinformação são hoje dois negócios lucrativos”.

Em contraste com os prejuízos avassaladores das fake news, para cada dólar investido em bom jornalismo, cerca de cem retornam em benefícios à sociedade, de acordo com cálculo feito pelo professor James T. Hamilton, do Departamento de Jornalismo da Universidade de Stanford (EUA), no livro *Democracy's detectives: The Economics of Investigative Journalism* (2017). O que requer a aplicação de educação midiática e informacional nas escolas.

A educação midiática, portanto, é relevante em qualquer lugar do planeta. No Brasil, no entanto, parece uma questão fundamental. No maior país da América Latina, as fake news encontraram um terreno fértil para prosperar e, assim, se tornar uma tendência de consequências ainda imprevisíveis e ameaçadoras, que precisam ser combatidas em todas as frentes, inclusive a empresarial (Nassar, Santos, Folha de S.Paulo, 5 de maio de 2021).

Educação midiática e informacional

A sociedade em que vivemos hoje está hiperconectada. Por causa disso é importante que cidadãos e cidadãs saibam produzir, interpretar e refletir sobre os conteúdos que chegam a todo instante às suas mãos pelas redes e pela internet.

Num exercício de comparação simples, tente contabilizar quantas mensagens, fotos ou notícias você teve acesso pelo celular somente nas últimas 24 horas. Houve tempo viável para ler tudo? Ou você leu apenas a manchete? Após essa leitura rápida, foi possível checar se as informações têm procedência confiável, se o fato ou pessoas presentes são verdadeiros? O portal ou site que teria produzido o material é confiável, você o conhece? Ou você apenas deu uma rápida olhada e já distribuiu o conteúdo para seus contatos e amigos?

Não vamos julgar, mas sim refletir sobre comportamentos que a maioria das pessoas tem ao lidar com a quantidade incessante de informações que chega pelas redes sociais ou aplicativos de mensagens – Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, Messenger, Telegram, entre outros. Lidar com o excesso de informações se torna um desafio. Cria a necessidade de que seja colocada em prática uma ação educativa a todos, principalmente as crianças e adolescentes, pois as mídias ajudam a criar valores e formar pessoas. Adultos também precisam criar esse filtro no seu cotidiano.

Aí surge a Educação Midiática e Informacional (EMI), um processo de ensino e aprendizagem sobre a mídia que envolve a aplicação do senso crítico. A EMI tem o papel de estimular o senso crítico para que crianças e jovens tenham capacidade de estabelecer relações, analisar informações e identificar de quem estão recebendo a mensagem. É um processo que se faz

cada vez mais necessário nesta era digital. Deve começar a ser implantada cada vez mais nas escolas, assim como se aprende conceitos de Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, História. É preciso que os novos currículos escolares incorporem o processo de Educação Midiática e Informacional.

A EMI é um conjunto de habilidades estabelecidas para acessar, analisar, criar e participar de modo crítico do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos, desde os formatos impressos até os digitais. Essas habilidades têm capacidade enorme de impactar o modo de receber mensagens de mídia e de convivência em sociedade.

Esta importante habilidade existe para estimular e encorajar crianças, jovens e adultos a ter uma abordagem questionadora sobre o processo informacional, como saber quem criou a mensagem e qual o propósito dela; qual o público que a mensagem pretende atingir e por quê. Também é capaz de despertar a empatia na pessoa, pois ela vai querer saber de qual ponto de vista a história está sendo contada, a quem interessa essa abordagem e se existem outros lados a serem ouvidos na mesma história, ou seja, se está sendo manipulada e deixando invisibilizados outros personagens.

A identificação dos conteúdos com determinados fatos e informações relevantes permite ainda saber o que está sendo repassado e quem está repassando informações e dados imprecisos, sem contexto e prejudiciais. Ou seja, pura fake

news. Por tudo isso a Educação Midiática e Informacional é cada vez mais necessária nas salas de aula.

Considerações finais

São inúmeras as ferramentas fundamentais para se fazer uma releitura dos mecanismos que influenciaram e influenciam a sociedade quando se trata de Comunicação, de Imprensa, de Jornalismo Investigativo e fake news. Nas narrativas forjadas, quando não manufaturadas, e onde estão contidos os princípios estratégicos de manutenção de poder, segundo descreve Zygmunt Bauman (2014a, 2014b), tem o poder de levar os fatos ao esquecimento, não sem antes manipular as informações.

Contudo, o jornalismo investigativo tem capacidade de, dentro de uma ação ética, proativa e planejada descobrir ações, fatos e personagens; respeitar as leis, os direitos humanos e manter a ordem democrática. Salvo as ações ilegais e manipuladoras que conseguem forjar um inconsciente coletivo nacional sobre assuntos de estrito interesse de alguns grupos de poder, e não de interesse coletivo.

É preciso que as pessoas e as instituições voltem a fazer assinaturas de jornais, revistas e sites de jornalismo profissional. Que os programas jornalísticos em televisão e rádio, e podcasts e outras mídias tecnológicas, vinculados a jornalistas profissionais, sem ligações partidárias ou viés ideológico autoritário, ganhem mais espaço e respeito. Num momento em que governos manipulam

a informação por meio das redes sociais, se faz mais do que necessário apoiar a mídia tradicional. Apoiar o jornalismo profissional, que exerce sua verdadeira função social é um dever urgente e um ato cívico em defesa do país, da sociedade e das futuras gerações.

Se todo esse esforço não for desempenhado de forma coordenada, a Imprensa não conseguirá resistir às ações desastrosas e imorais de governos populistas e autoritários e a manipulação desenvolvida pelas redes sociais. Não podemos deixar que somente blogs e sites partidários/ideológicos que manipulam as informações, que não analisam fatos e apenas difundem opiniões, se tornem formadores de opinião da sociedade brasileira. Isso não é informação, é divulgação de fake news, de discurso de ódio. Trata-se de uma doença grave numa sociedade que luta para manter a democracia.

Respeitar a democracia, os direitos humanos, fazer um jornalismo liberto, livre de manipulações, é a base de qualquer democracia e povo livre. Trata-se da arte de fazer história, construir as narrativas e o cotidiano no mundo atual, sob as vistas de Certeau (1990). A história deve ser feita e representada em todas as camadas sociais e vai além da ideologia oficial. Está contida na vida de todas as pessoas e assim deve ficar registrada nos livros, mídia e academia. Não vem de cima para baixo. Precisa ser horizontal. Um incentivo para dar sentido às coisas do mundo. E o jornalismo investigativo contribuiu para a construção dessa história.

Julgamos que, influenciado diretamente ou indiretamente por organizações das mais variadas matizes, o discurso histórico e jornalístico cria um consciente coletivo que se sobrepõe ao cotidiano e, principalmente, cria uma versão sólida dos fatos, que se sobrepõe a qualquer outra narrativa que possa surgir ou transpor a barreira da comunicação. Trata-se de uma guerra não convencional, armas não convencionais utilizadas nessa disputa, armas políticas e econômicas, como define Kent (1967) nos conceitos sobre informações estratégicas. Nesta guerra não convencional, conforme Kent, procura-se fazer duas coisas: enfraquecer a vontade e a capacidade de resistir do inimigo e fortalecer a própria vontade e capacidade de vencer de quem detém o poder. Coloca cidadãos à margem da história.

O trabalho de narratividade estratégica, como as fake news, o negacionismo, leva ao esquecimento, à invisibilidade, ao ocultamento de personagens e fatos históricos importantes. A pouca visibilidade midiática e conseqüentemente política das implicações e desdobramentos promove ainda a superficialidade do debate, a distorção da realidade, que integram a guerra psicológica de opressão (FICO, 2014), levando ao esquecimento. Tudo o que fica fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política, ressalta Castells (2018). Tudo isso implica na invisibilidade de pautas, de fatos e personagens da história, no negacionismo, nas fake news e

no discurso de ódio.

Isolar e esconder as vozes dos oprimidos faz desaparecer a voz da oposição ao poder hegemônico. É preciso retomar o direito à narrativa, pois o ato de narrar coloca em movimento o pensamento. O Jornalismo Investigativo é capaz de fazer esse resgate. A competência no comunicar, resalta Bourdieu (1989), leva ao sucesso na guerra de narrativa da história e na comunicação dos fatos.

O Jornalismo Investigativo é um método de pesquisa eficiente, utilizado para elucidar fatos propositadamente imersos na escuridão do autoritarismo. O JI como prática de investigação acadêmica também.

Tudo o que está exposto neste estudo demonstra que o Jornalismo, queiram ou não, foi, é e será o espaço crítico e de registro do presente e do passado (DINES, 1986). É o Jornalismo que continua a indagar de que maneira a História tem sido contada aos brasileiros. Acreditamos que o Jornalismo, em sua mais pura concepção, investigativo, disposto a ouvir todas as vozes, é capaz de ultrapassar essa barreira de ódio e negacionismo da história que vem sendo erguida. É preciso confrontar as fragilidades de noções criadas para a verdade, realidade, preconceito, história, cidadania e autenticidade que foram jogadas no lixo através do desenvolvimento de campanhas, que nos últimos anos mobilizaram e continuam a mobilizar a mídia e as comunicações sociais. Não se trata de disputar espaço para impor significados e

poderes. Mas escrever a História em todos seus tons, com todos seus personagens. Ouvir as vozes apagadas e esquecidas. Mostrar os documentos guardados em gavetas há décadas. Uma reescrita da história de forma ética, sem o apagamento dos sujeitos, sem manipulação dos fatos, do medo e do ódio às diferenças e à educação.

Cabe dizer também que não se apreende a história real somente na observação, identificação e estudo dos grandes conceitos, nas narrativas já formatadas, veiculadas pela mídia ou impressas nos livros de história, conforme escreveu Beaumont (2009). Mas sim, nos pequenos detalhes das vidas vividas em meio à violência dos fatos. Esse aprendizado leva ao questionamento também de como se fazer Jornalismo Investigativo e como conseguir desenvolver essa prática num esquema industrial de produção de notícias e/ou de forma independente.

Qual a diferença entre fazer jornalismo diário hard news e o jornalismo investigativo que vem sendo desenvolvido no Brasil? Recorremos ao repórter inglês Peter Beaumont (2009), que diz que, em geral, o noticiário de guerra, como qualquer outro tipo de jornalismo, requer um roteiro dramático familiar, um conjunto padronizado de elementos que transforma a história e a miséria dos homens em novela. As ideias simples que cabem em uma reportagem de um minuto, ou em oitocentas palavras, são, na maior parte dos casos, de péssima qualidade. Um reforço para o sentimento de

felicidade que devemos experimentar para ter o luxo de poder sentir pena ou raiva sem correr nenhum risco. A criança que perdeu as pernas e a família; a menina bonita que teve o rosto desfigurado; o soldado valente que arriscou tudo para salvar o companheiro. Histórias de monstros e de anjos. Mas o que o noticiário não gosta de mostrar são as áreas cinzentas e lúgubres que têm a textura da vida real. Nenhum de nós está imune a isso, destaca Beaumont (2009).

Diante dessa posição, evidenciamos que é possível relatar a vida desses seres humanos invisibilizados, colocados à margem da história pela narrativa criada pelo Estado ou mesmo contrapor às fakes news, utilizando-se o Jornalismo Investigativo. E mostrar as coisas como elas são verdadeiramente nas áreas cinzentas. O Jornalismo sempre seguiu a história como um cão de guarda (WAISBORD, 2002, 2015). Mas sempre foi fiel ao modus operandi dos dominantes. Então é urgente colocar em prática o papel do Jornalismo Investigativo: apurar, apurar e reapurar para fazer parecer que nada se apurou, mas tudo se sentiu, para fazer parecer que as coisas foram captadas como elas são (BEAUMONT, 2009).

Boa parte dos critérios e condições de ações específicas do campo jornalístico atual são apresentadas ao longo deste artigo como qualidade indispensável do fazer Jornalismo Investigativo hoje no Brasil. Apesar dos desafios existentes, é demonstrado que o resultado de um planejamento eficaz para o desenvolvimento

da reportagem torna a relação entre História e Jornalismo/Comunicação tão forte que as matérias originadas do JI, apoiadas na ética e na verdade, são praticamente difíceis de serem desmentidas. O que faz o trabalho do jornalista investigativo estar sempre baseado num pilar fundamental e inevitável, que é obter documentação sobre os fatos narrados, conforme teoriza Quesada (1987). Documentação essa que deve ser entendida como o estudo em profundidade dos antecedentes que compõem os fatos relatados.

A documentação aprofundada concede, em qualquer caso, uma dupla vantagem para o JI: por um lado permite ao repórter obter todas as peças do quebra-cabeça e também o faz compreender as razões ou motivos que influenciaram a ação que está em apuração. Exatamente, como exemplifica Quesada (1987) ao citar o Caso Watergate, onde o ex-presidente dos Estados Unidos Richard Nixon só poderia negar as acusações feitas pelos jornalistas do Washington Post, além de negar os fatos a que estava envolvido. Mas nunca poderia e pôde provar que o jornal mentiu em suas matérias de investigação sobre o escândalo. Mesma situação observada com o resultado do livro reportagem *Cativeiro sem fim* (REINA, 2019) ao denunciar 19 crimes de sequestro de bebês e crianças pelos militares durante a ditadura nas décadas de 1960 e 1970.

Assim, mais uma vez, o Jornalismo Investigativo, mesmo em desuso ou formatado com condicionantes diferentes

dentro do mercado, cumpre sua função social. Importante salientar que este trabalho de JI foi desempenhado estritamente dentro do Código de Ética dos Jornalistas, com o máximo respeito ao ser humano. Trouxemos um olhar e uma forma de atuação diferenciada da que é protagonizada no mercado para a Comunicação/mídia existente hoje no Brasil. A investigação jornalística demonstrou que a concepção de qualidade de informação, por parte das fontes formais, está extremamente ligada à preservação da imagem de quem detém ou deteve o poder e, também, atrelada a uma ação direcionada da mídia e da historiografia. Mas que o resultado de uma reportagem investigativa quase sempre traz à tona novas possibilidades para a revelação de uma história, que até então era desconhecida.

Ao considerar a importância do JI, este trabalho dialoga com pesquisadores brasileiros e internacionais sobre a prática do jornalismo e demonstra que é necessário conhecer o posicionamento do repórter dentro das redações, entender seu modo de encarar a realidade e questionar os fatos. O repórter, como um trabalhador comum num sistema de mídia atrelado ao capital, está sujeito a toda sorte de contradições e relações de poder do processo produtivo nas redações. O que demonstra a necessidade de uma proatividade diferenciada, que deve ser desempenhada num ambiente de liberdade total, de imprensa e social, para que cumpra sua função (MEDINA, 2003, 2016), (DINES, 1986). A escolha das fontes a

serem entrevistadas e incluídas no trabalho é outra face importante a ser destacada, uma vez que a imprensa em geral tem preferência por fontes oficiais (JONCEW, 2005; HUNTER, 2013).

Mas há percalços na trilha do JI, principalmente hoje, quando a notícia se tornou uma ferramenta crucial e fórum para acessar e disseminar informações globalmente (BURGH, 2008), e na compreensão do mundo e da vida. Embora a tendência voltada para as tecnologias globais digitais de informação permita acesso sem precedentes à informação, trata-se de uma indústria totalmente dominada pelas leis de mercado em que a comercialização da informação implica “que o fator decisivo seja o lucro e não o interesse público” (BURGH, 2008).

Pode-se concluir que o JI pressupõe respeito e credibilidade. Impor respeito é o atributo fundamental desta profissão, seja quando se faz jornalismo de serviço, esportivo ou político (DINES, 1986). Sem credibilidade não há comunicação. Credibilidade que veio mudando de sentido ao longo dos anos, segundo Abramo (1988), que afirma que com a crise política e o golpe de 1964, os jornais passaram a cuidar muito da forma, que substituiu a qualidade. Ele chama a “forma bonitinha dos jornais como maneira de enganar o leitor, com estilo bonito e vazio”. Destarte, a prática do JI é complexa. E deve estar pautada e atrelada ao tripé jornalismo-proatividade-ética, sempre desenvolvido por uma metodologia

particular em cada repórter, calcada em lista de técnicas e critérios que devem levar em conta a prática do bom jornalismo. Estes critérios e condições de ação específicas do campo jornalístico atual são apresentadas como condição indispensável do fazer jornalismo investigativo atualmente no Brasil.

No mundo que vivemos atualmente, a qualidade da informação que recebemos tem papel determinante em nossas escolhas e planejamento de vida. Isso inclui a capacidade de usufruir das liberdades fundamentais e da capacidade de autodeterminação e desenvolvimento, destaca a Unesco em seu manual de Alfabetização midiática e informacional. Há uma proliferação de mídias e de provedores de informações, que se destacam pelos avanços tecnológicos. O que promove ainda uma grande quantidade de informações e conhecimento, que são acessadas a todo instante pelos cidadãos e cidadãs. O excessivo volume de notícias e de fatos cria por sua vez excesso de ruídos. Por causa desse fenômeno surge um enorme desafio: avaliar a procedência, a relevância e a confiabilidade dessas informações sem que haja obstáculos ao pleno usufruto em relação aos seus direitos e liberdade de expressão e ao direito à informação. É nesse contexto, frisa a Unesco, que a necessidade da alfabetização midiática e informacional deve ser vista e colocada em prática, pois ela expande o movimento pela educação cívica que incorpora os professores como o principal agente de mudanças.

Bibliografia

ABRAMO, Cláudio. A regra do jogo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ARBEX, Daniela. Cova 312 – a longa jornada de uma repórter para descobrir o destino de um guerrilheiro, derrubar uma farsa e mudar um capítulo da história do Brasil. São Paulo, Geração Editorial, 2015.

ARENDR, Hannah. Origens do totalitarismo – antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Companhia das Letras, São Paulo, 2020.

ASH, Timothy Garton. Liberdade de Expressão – Dez Princípios para um Mundo Interligado. Temas e Debates, Portugal, 2017.

ASSIS, J. Carlos. Os sete mandamentos do jornalismo investigativo – inteligência, ética e coragem na construção da reportagem. São Paulo: Textonovo, 2015.

BARBOSA, Marialva. Senhores da memória. Intercom – Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, Volume XVIII, nº 2, pág, 84-101, jul/dez. 1995.

BARCELLOS, Caco. Rota 66: a história da polícia que mata. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARCELLOS, Caco. Abusado – o dono do

Morro Dona Marta. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

BAUMAN, Zygmunt e BORDONI, Carlo. Estado de crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

BEAUMONT, Peter. A vida secreta da guerra – os paradoxos do moderno jornalismo de guerra na voz de quem cobriu os conflitos de perto. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

BURGH, Hugo de. Jornalismo investigativo – contexto e prática. São Paulo: Editora Roca, 2008.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Cobras criadas. São Paulo: SENAC, 2001.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do jornalismo – buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo: discurso em dois gêneros. Tese de livre-docência apresentada na ECA-USP, São Paulo, 1997.

CHINEM, Rivaldo. Jornalismo de guerrilha – a imprensa alternativa brasileira, da ditadura à internet. São Paulo: Disal, 2004.

DINES, Alberto. O papel do jornal – uma releitura. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 – momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FORTES, Leandro. Jornalismo investigativo. São Paulo: Contexto, 2005.

GERALD, J. Edward. A responsabilidade social da imprensa. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1963.

HERSH, Seymour M. Cadeia de comando – a guerra de Bush – do 11 de setembro às torturas de Abu Gharib. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HERSH, Seymour M. Repórter – memórias. São Paulo: Todavia, 2019.

HUNTER, Mark Lee, e HANSON, Nils. A investigação a partir de histórias. Um manual para jornalistas investigativos. Paris: Unesco Publishing, 2013.

- JONCEW, Consuelo Chaves. A participação das fontes formais na qualificação da notícia. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- KENT, Sherman. Informações estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo - o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas ampliadas - o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. São Paulo: Editora Unicamp, 1993.
- LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (orgs). Jornalismo investigativo. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- MAGALHÃES, Mário. Marighella - o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MEDINA, Cremilda. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. São Paulo, Summus Editorial, 1978.
- MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente - narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MEDINA, Cremilda. Ato presencial - mistério e transformação. São Paulo: Casa da Serra, 2016.
- MELLO, Patrícia Campos. A máquina do ódio - notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. Companhia das Letras, São Paulo, 2020.
- MILL, John Stuart. Sobre a Liberdade. Trad. P. Madeira. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 2011.
- NASCIMENTO, Solano. Os novos escribas - o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.
- QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Organizadoras). História e memória das ditaduras do século XX, Volume 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- QUESADA, Montserrat. La investigacion periodística - el caso español. Espanha: Editorial Ariel, 1987.
- REINA, Eduardo. Cativo sem fim. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.
- RIBEIRO, Kepler Gomes. Liberdade de

- Expressão, Discurso de Ódio e 'Fake News': O Papel da Jurisdição Constitucional na Construção do Sentido Jurídico-Político de Pluralismo, São Paulo, 2020.
- SANTORO, Daniel. Técnicas de investigación. México: Editora Fondo de Cultura Económica, 2004.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. Jornalismo investigativo – o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus Editorial, 2005.
- SILVEIRA, Joel. A milésima segunda noite da Avenida Paulista. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- SOUZA, Percival. Narcoditadura – o caso Tim Lopes, crime organizado e Jornalismo Investigativo no Brasil. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.
- TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Editora Insular, 2016.
- UNESCO. Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores. Wilson, Carolyn, et al. Brasília, 2013.
- VASCONCELOS, Frederico. Anatomia da reportagem – como investigar empresas. Governos e tribunais. São Paulo: Publifolha, 2007.
- VERBITSKY, Horacio. Un mundo sin periodistas – las tortuosas relaciones de Menem com la prensa, la ley y la verdade. Editorial Sudamericana, Bueno Aires, 2006.
- WAISBORD, Silvio. The challenges of investigative journalism. Miami, 2002. <<http://repository.law.miami.edu/umlr/vol56/iss2/6>>
- WAISBORD, Silvio. Watchdog journalism. Estados Unidos: The International Encyclopedia of Political Communication, 1st. Edition, 2015.

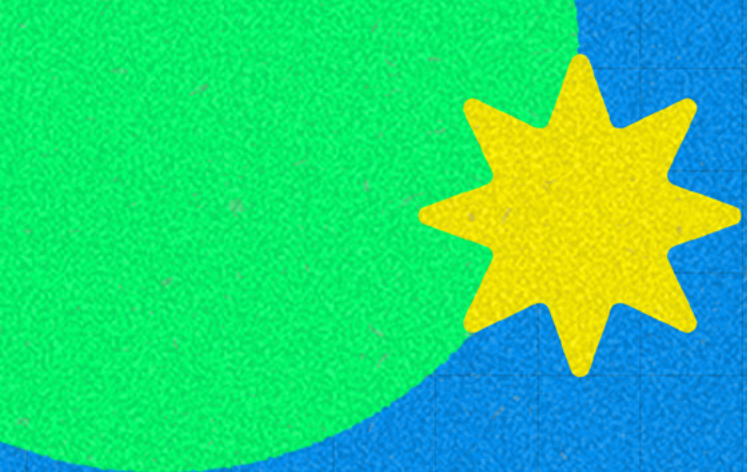
Biografia



Eduardo Reina

Mestre em Comunicação Social (Fev/2020), é jornalista e escritor, formado pela Universidade Metodista de São Paulo (Dez/1985). Em continuidade ao trabalho de dissertação mantém pesquisa e investigações sobre a prática de crimes pela ditadura no Brasil, que não estão citados, relatados e veiculados pela mídia de massa e na historiografia, com o objetivo de promover a Justiça, os Direitos Humanos e dar voz aos excluídos. Com mais de três décadas de experiência profissional, atuou em jornais e periódicos como diretor de redação, editor executivo, colunista, editor e repórter em São Paulo e interior, tais como BBC, UOL, El País, Consultor Jurídico, Ópera Mundi, O Estado de S.Paulo, Diário de S.Paulo, Diário do Grande ABC, Comércio do Jahu, Diário Popular, Guia 4 Rodas,

entre outros. Fez assessoria de imprensa para empresas, organizações, autarquias governamentais e sindicatos. Vencedor de prêmios como Abril (1986, 1987), Estado (2010) e Imprensa Sindical (1993); menção honrosa no prêmio Excelência Jornalística da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) em 2010. Fez curso de complementação na Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Suíça (1993) e de extensão na ESPM (1991). Autor dos livros "Cativeiro sem fim" (2019), "Depois da Rua Tutoia" (2016), "No Gravador" (2003). Integrante do livro "O Conto Brasileiro Hoje", Vol.5, (2007); integrante do "Contos e Casos Populares" (introdução de Paulo Freire), 1984. Autor e diretor do documentário "Justiça contaminada - o teatro lavajatista da Operação Calvário na Paraíba" (2022).



fundação podemos
política para todos

